

26 AGO 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TJ barra liminares para impostos com precatórios

Atendendo a recurso do Estado, o Tribunal de Justiça cassou liminares obtidas por três empresas que, embora devedoras e usando precatórios como garantia da dívida, obtiveram certidões negativas.

Decisão do Tribunal de Justiça do Paraná pôs fim a mais uma brecha usada por empresas para garantir o uso de precatórios no pagamento de impostos, o que é proibido desde dezembro de 2009. Atendendo a recurso da Procuradoria Geral do Estado, o presidente do TJ, desembargador Miguel Kfourri Neto, cassou liminares obtidas por três empresas que, embora devedoras do Estado, conseguiram tirar certidões negativas apesar de usarem precatórios como garantia

da dívida.

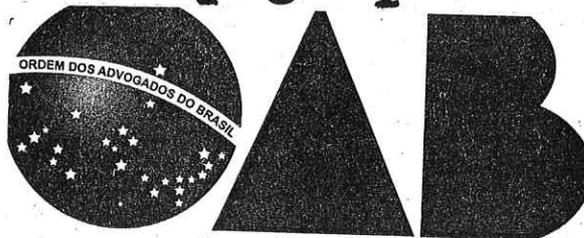
Com base nessas liminares e certidões, empresas inadimplentes perante o Fisco estadual podiam até participar de licitações ou tomar empréstimos – o que é vedado por lei. O Tribunal de Justiça entendeu que as liminares estavam causando “grave lesão à ordem porque postergam o pagamento de obrigações fiscais e adiam a regularização de débitos tributários”.

A decisão do TJ frisa ainda que o simples recurso do Estado para derrubar as liminares concedidas por juízes da Fazenda Pública se revelava ineficaz, já que, mesmo quando os recursos eram acatados, as certidões, com validade de 60 dias, já teriam produzido os efeitos legais.

26 AGO 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

OAB questiona no CNJ demora em pagar precatórios



SÃO PAULO

A seccional paulista da OAB entrou com uma representação no Conselho Nacional de Justiça para reclamar da demora no pagamento de precatórios no estado de São Paulo. Segundo a Ordem, o governo tem R\$ 2 bilhões para saldar as dívidas, mas ainda não transferiu essa quantia para o Tribunal de Justiça, conforme manda a Emenda Constitucional 62.

De acordo com a EC 62, os estados devem separar, todo ano, 1,5% de suas receitas líquidas e depositar a quantia numa conta dos respectivos Judiciários. Mas, segundo Flavio Brando, presidente da Comissão de Dívida Pública da OAB-SP, o governo paulista não tem feito isso.

Bando afirma que São Paulo só transfere a quantia destinada ao pagamento depois que a Justiça paulista fornecer os detalhes da conta e do destinatário da quantia. O dinheiro referente aos precatórios paulistas são depositados numa conta da Secretaria de Fazenda, administrada pelo Sistema Integrado da Administração Financeira para Estados e Municípios (Siafem). A OAB também questiona por que o Tribunal de Justiça de São Paulo aceita que o dinheiro dos precatórios seja administrado dessa forma.

Segundo Marco Antonio Innocenti, vice-presidente da Comissão de Dívida Pública da OAB-SP, São Paulo já tem uma dívida de R\$ 20 bilhões, o que corresponde a 20% de todo o precatório nacional. Outra queixa é que, como a conta em que a verba está depositada é administrada pela Secretaria da Fazenda paulista, o governo não deposita o que deveria. Innocenti afirma que a receita anual do estado é de R\$ 200 bilhões, e o estado só depositaria R\$ 130 milhões por ano – menos do que o determinado na EC 62, portanto.

Paradoxo

A própria OAB questiona a constitucionalidade da Emenda Constitucional 62 no Supremo Tribunal Federal. A Ordem discorda dos prazos, que chegam a até 15 anos, para o pagamento dos precatórios – tolerância considerada “inaceitável” por Marco Innocenti, da OAB paulista. O questionamento é feito em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, “que pode ser votada a qualquer momento”, diz Innocenti.

26 AGO 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

SEMANA DE CONCILIAÇÃO

Mais de 700 acordos já foram realizados

Em três dias, foram movimentados quase R\$ 12 milhões



Nos três primeiros dias da Semana Regional de Conciliação, promovida pela Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR), foram realizadas 1412 audiências de 1º e 2º Graus, com 719 acordos homologados, o que corresponde a um êxito de 51%. Apenas em três dias foram acordados R\$11,7 milhões. A Semana Regional de Conciliação continuará até sexta-feira, dia 26 de agosto.

Somente em Curitiba, serão realizadas cerca de 500 audiências, distribuídas nas seis salas dos Juízos Auxiliares de Conciliação de 1º e 2º Graus (JACs 1 e 2), na Avenida Vicente Machado, número 400, no prédio anexo ao Fórum do Trabalho.

Também ocorrem audiências nas Varas do Trabalho do interior do Paraná, nas cidades de Apucarana, Bandeirantes, 1ª e 2ª Varas de São José dos Pinhais, Campo Mourão, 3ª Vara de Foz do Iguaçu, 7ª, 13ª, 15ª, 16ª e 21ª Varas de Curitiba, Cianorte, Cambé, 2ª Vara de Araucária,

1ª e 2ª Varas de Umuarama, 2ª Vara de Maringá, Pinhais, 2ª Vara de Londrina, Ivaiporã, Nova Esperança, Telêmaco Borba, Pato Branco e Palmas.

Nesta quarta-feira, 24, no anexo administrativo do Fórum Trabalhista de Curitiba, os Juízes Auxiliares de Conciliação de 1º e 2º Graus trabalhavam intensamente na tentativa de novos acordos. Entre os casos discutidos, cinco processos de duas empresas de construção, propostos em conjunto.

“Fomos notificados a participar da conciliação e vimos a oportunidade de finalizar cinco processos em um mesmo dia”, justifica o advogado da empresa de construção, Eduardo Pessoa Pereira da Silva. As cinco audiências foram conduzidas pelo juiz Marcos Vinicius Nenevê e tiveram um índice positivo de conciliação: foram realizados dois acordos, em um dos processos o trabalhador não compareceu, em outro foi representado pela esposa, que não estava com os documentos necessários, e em apenas um não houve acordo.

O juiz Marcos Nenevê conta que as audiências de conciliação “tornam-se uma ferramenta de eficácia e agilidade no processo”. É o que constatou o trabalhador Ronaldo da Silva Costa, que teve seu processo finalizado.

“Levaria quatro meses para que tivesse a outra audiência”, conta.

Satisfeito com o resultado, Ronaldo aceitou a proposta da empresa e recomeçará sua vida em outro lugar. “O resultado veio em uma hora certa. Estou com a passagem marcada e precisava do dinheiro”, finaliza Ronaldo da Silva.

Agenda

As audiências para a Semana Regional de Conciliação estão todas agendadas. No entanto, quem tiver processo trabalhista em andamento, e quiser tentar acordo, deve entrar em contato com a Vara do Trabalho onde tramita o processo ou, ainda, com os Juízos Auxiliares de Conciliação de 1º e 2º Graus (JACs 1 e 2), para que novas audiências sejam marcadas em outras datas. As informações podem ser obtidas pelo e-mail conciliar@trt9.jus.br ou pelos telefones (41) 3310-7360 e 3310-7141, nos Juízos Auxiliares de Conciliação.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Taxa pode ser reajustada sem notificação de ocupantes

A atualização da taxa de ocupação dos terrenos de marinha — porções de terra no litoral brasileiro que, por lei, são de propriedade da União — pode ser feita sem ouvir os ocupantes. Para a 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, o aumento das taxas é uma medida puramente administrativa e por isso não há necessidade de contraditórios.

...O entendimento foi aplicado em julgamento de recurso de morador de terreno de marinha, que reclamava de não ter sido notificado sobre o aumento das taxas. O impetrante reclama de decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Santa Catarina.

Lá, a corte afirmou ser legal o aumento da taxa sem notificação prévia dos ocupantes das terras. Diz o TRF-4 que a prática está regulamentada em lei federal. Mas, para o ocupante, a decisão do TRT contraria os artigos 3º, 26, 27 e 28 da Lei 9.784/99, além do artigo 1º do Decreto 2.398/87 e os artigos 67 e 101 do Decreto-Lei 9.740/46.

O STJ, entretanto, decidiu que a decisão do TRF-4 está dentro das normais legais, pois não há, em lei alguma, a previsão de que os ocupantes das terras de marinha devem ser avisados do aumento de taxas. O relator do caso, ministro Mauro Campbell, explicou em seu voto que a lei e a jurisprudência exigem contraditório e ampla defesa apenas para a classificação de uma porção de terra como território de marinha — nesse caso, disse, há a imposição de um dever ao particular.

26 AGO 2011

Ação é anulada por não oferecer acesso a procedimento

A 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal determinou nesta terça-feira (23/08) que a ação penal que resultou em condenação por tráfico e tentativa de latrocínio de três pessoas no Distrito Federal deverá ser anulada a partir do encerramento da instrução criminal. A decisão foi tomada porque a defesa não teve acesso ao procedimento que autorizou a quebra do sigilo telefônico dos acusados. Na prática, os condenados deverão ter novo julgamento.

O caso foi analisado no julgamento de um Recurso Ordinário em Habeas Corpus de relatoria do ministro Gilmar Mendes, que teve seu voto seguido pelos ministros da Turma. Ele determinou que, antes da concessão do prazo de cinco dias para a apresentação de memoriais (previsto no parágrafo 3º do artigo 403 do Código de Processo Penal).

FOLHA DE LONDRINA

BATALHA JUDICIAL

Uma decisão do Tribunal de Justiça garantiu mais 30 dias de prazo para que os donos de seis postos de combustíveis instalados em terrenos públicos de Londrina desocupem o local. Prefeitura tentou ontem retomar a posse das áreas. Permissão de uso venceu em julho.

Prefeitura tenta retomar terrenos cedidos a postos

Justiça em Londrina determina reintegração, mas TJ dá mais 30 dias de prazo para empresários

26 AGO 2011

Oficiais de Justiça, em parceria com fiscais da Prefeitura de Londrina e guardas municipais, começaram a cumprir ontem de manhã a reintegração de posse de seis terrenos públicos ocupados por postos de combustíveis da bandeira Petrobras.

Os imóveis estão situados nas avenidas Leste-Oeste (2) e Dez de Dezembro (2), no Aeroporto (1) e próximo ao Autódromo Internacional Ayrton Senna (1). A reintegração havia sido autorizada pela Justiça em Londrina, na véspera. Mas, no final da tarde de ontem, o sindicato que representa o setor, o Sindicombustíveis, obteve uma liminar no Tribunal de Justiça (TJ), em Curitiba, e os estabelecimentos ganharam mais tempo (30 dias) para desocupar as áreas.

Há 20 anos, a Prefeitura concedeu os seis terrenos em permissão de uso à BR Distribuidora, empresa da Petrobras, para a instalação de postos de sua bandeira. A contrapartida da petrolífera eram investimentos na construção do autódromo. De

acordo com a procuradora geral do Município, Renata Siqueira, o prazo de 20 anos se encerrou em 26 de julho. "Os donos dos postos tiveram 30 dias para desocupar os terrenos. Como não fizeram, a Justiça autorizou a reintegração de posse", disse.

Renata explicou que, depois que os seis terrenos forem desocupados, caberá à Prefeitura planejar o destino de cada um. E ressaltou que os empresários que desobedecerem a ordem judicial para deixarem os imóveis estariam sujeitos ao pagamento de multa diária de R\$ 1 mil.

O secretário de Obras, Agnaldo Rosa, afirmou que, desde que tomou posse (em 2009), o prefeito Barbosa Neto (PDT) tenta negociar com a BR uma nova concessão dos terrenos. A contrapartida, desta vez, seria a reforma do autódromo e investimentos para obras viárias na cidade, que totalizariam um valor em torno de R\$ 8 milhões. "Mas a empresa apresentou uma proposta ridícula", afirmou o secretário.

Segundo ele, depois de oito meses de negociação, o Município resolveu retomar os

terrenos. A administração foi à Justiça que determinou a reintegração de posse.

Rosa disse que a Prefeitura ainda está estudando o que fazer com as áreas. Uma das possibilidades é licitá-las para postos de combustível. Mas as duas da Avenida Leste-Oeste e a do Aeroporto não devem ter essa destinação. "Temos de manter o canteiro da Leste-Oeste livre para um possível uso com transporte coletivo no futuro. E no do aeroporto, não podemos manter o posto devido ao projeto de ampliação da Infraero", justificou.

Ele explicou também que, caso a administração opte em licitar novamente esses terrenos, os atuais ocupantes poderão disputar o processo. Nesse caso, o dinheiro da permissão de uso recebido pelo Município seria utilizado para obras viárias na cidade. Segundo o secretário, o acordo entre a BR e a Prefeitura prevê a devolução dos terrenos com as benfeitorias realizadas, com exceção das bombas e tanques de combustível.

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

*Sindicato
pretende
entrar na Justiça*

26 AGO 2011

O vice-presidente regional do Sindicombustíveis, Durval Garcia Júnior, informou, à noite, que os postos ganharam pelo menos mais 30 dias para a desocupação dos terrenos. A decisão do TJ, segundo ele, determina a contagem desse tempo a partir da notificação da BR Distribuidora.

"O que não está claro é o que vão fazer com essas áreas. Por que não podemos continuar trabalhando nesses locais até a definição pela Prefeitura?", questionou. Ele lamentou os empregos que serão perdidos e que o sindicato deverá tentar novas medidas judiciais para manter os estabelecimentos funcionando.

Em nota enviada à FOLHA, antes da liminar do TJ, a BR Distribuidora disse que notificou os operadores dos postos com sua bandeira - que são terceirizados - e que espera a desocupação dentro do tempo definido pela Justiça. "A Petrobras Distribuidora informa ainda que avaliará participação em eventual processo licitatório aberto pela Prefeitura de Londrina para operação de postos de serviços nesses locais", ressalta a nota.

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Folclore

26 AGO 2011

Recepção a Hugo Chaves no governo: o desembargador Tadeu Loiola, presidente do TJ, chega ao local e quando vê a guarda venezuelana fazendo a revista dos convidados se recusa ao constrangimento e se manda. Cartão vermelho ao "protocolo".

26 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA

Deputado acusa Derosso de superfaturar jornal

Maigne Gueths
Equipe da Folha

Curitiba - O jornal "Câmara em Ação", que custou à Câmara Municipal de Curitiba, entre 2004 e 2010 pelo menos R\$ 16,6 milhões, teve os custos de impressão superfaturados. A denúncia é do deputado federal Dr. Rosinha (PT-PR), que em orçamentos feitos com várias gráficas de Curitiba constatou que os valores de mercado equivalem a um terço do que foi pago pelo vereador João Cláudio Derosso (PSDB), presidente da Casa desde 1997. Há suspeita ainda de que o jornal pode não ter sido impresso.

Rosinha já tinha encaminhado, no último dia 17, pedido de providências ao Ministério Público do Paraná, para que os promotores incluam o jornal em suas investigações sobre irregularidades envolvendo Derosso. A vereadora Professora Josete (PT) também levou o caso oficialmente ao Conselho de Ética da Câmara, na quarta-feira.

O "Câmara em Ação", que deveria ser uma publicação mensal da Câmara de Curitiba, custou R\$ 16,6 milhões e pode não ter sido impresso

O "Câmara em Ação" deveria ser uma publicação mensal da Casa, mas os indícios são de que o jornal não era impresso, pois não há vestígios da publicação. Funcionário também diz que nunca viram o informativo. Há registros apenas de arquivos PDF, que até uns dias atrás estavam no site da Casa. Mesmo assim, a Câmara pagou R\$ 16,6 milhões para supostos serviços de impressão.

Os recursos foram repassados à agência Visão Publicidade, que junto com a Oficina da Notícia foi uma das duas vencedoras da licitação feita pela Casa. A tiragem do jornal teria chegado a 247 mil exemplares mensais, bem superior à média de circulação dos grandes diários do País. Em algumas edições de PDF a atual esposa de Derosso, Cláudia Queiroz Guedes, aparece como a jornalista responsável pelo veículo.

O levantamento feito por Rosinha tomou por base as informações declaradas pela Câmara ao Tribunal de Contas do estado (TCE), e disponíveis no Portal do Controle Social do tribunal. A edição de dezembro de 2008, por exemplo, teve tiragem de 247 mil exemplares e custou R\$ 342,3 mil.

Pelo levantamento feito pelo deputado Rosinha, um jornal com as mesmas especificações – formato A3 aberto (42 por 29,7 centímetros) e papel couché brilhante 115 gramas – teve o orçamento mais barato em R\$ 116 mil, 34% do valor pago por Derosso.

"Além do jornal ser fantasma, um jornal que ninguém nunca viu, nem mesmo os vereadores do próprio PSDB, os valores pagos pela Câmara de Curitiba ainda foram três vezes maiores do que os atuais de mercado", afirma Dr. Rosinha.

MAZZA

Estressou

A jornalista Cláudia Guedes, mulher de Derosso, pediu licença da TV Educativa por motivo de saúde. Não é para menos. Quem se mantém calmo é o João Claudio Derosso. Ao menos na aparência. Seus aliados maiores, os donos da política, beneficiários dos seus atos como aliado, o abandonaram com receio de contágio.

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

*Mulher de
presidente pede
afastamento*

26 AGO 2011

A jornalista Claudia Queiroz Guedes, mulher do presidente da Câmara de Vereadores de Curitiba, João Claudio Derosso (PSDB), pediu afastamento das suas atividades na E-Paraná, emissora na qual apresenta um programa de variedades matinal. Claudia alegou problemas de saúde, de acordo com a direção da E-Paraná. Ontem, ela já não estava à frente do programa "É Manhã".

O afastamento foi comunicado pouco depois que o Conselho de Ética da Câmara aprovou pedido para ouvir Claudia, que é acusada de participar de um suposto esquema de favorecimento em processo licitatório da Casa para contratação de empresas de publicidade. A empresa Oficina da Notícia, da qual Claudia é proprietária, teria recebido até R\$ 30 milhões em contratos com a Câmara, pelo período de cinco anos, segundo as denúncias.

Além de Claudia, os vereadores vão ouvir representantes da Comissão de Licitação que acompanhou a contratação das empresas e os servidores municipais que respondiam pela direção de Administração e Finanças da Câmara na época do contrato e os que trabalham no setor atualmente. Quando o primeiro contrato foi formalizado, Claudia era servidora da Câmara. A realização dessas novas oitivas deve ocorrer hoje pela manhã.

26 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA

Vereador é preso por ficar com salário de assessores

Luciana Cristo
Equipe da Folha

Curitiba – O vereador Joaquim Gonçalves de Oliveira (PTB), conhecido como Oliveira da Ambulância, de Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba, foi preso em flagrante na tarde de ontem pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). Ele é acusado de se apropriar de parte do salário de três assessores do gabinete dele, com um total de R\$ 9 mil por mês.

A investigação do Gaeco apontou que cada assessor recebia aproximadamente R\$ 3,9 mil por mês. O vereador então exigia que eles retirassem o pagamento do banco e entregassem o valor integral a ele, que repassava em seguida menos de um terço do valor inicial a cada um. Ontem, Oliveira da Ambulância foi flagrado dentro da Câmara, no momento em que os

funcionários entregavam a ele o pagamento. “O vereador estaria se apropriando de cerca de R\$ 9 mil por mês. Esse é um método comum, utilizado por agentes corruptos para desviar dinheiro público”, afirmou o coordenador do Gaeco e procurador de Justiça Leonir Batisti.

A acusação contra Oliveira da Ambulância é reincidente. Em 2008, ele sofreu investigação do Ministério Público do Paraná por causa da mesma prática e enfrentou um processo de cassação do mandato, mas foi absolvido pelos colegas parlamentares. Meses antes, outro pedido de cassação, então ainda relativo ao seu primeiro mandato, foi apresentado. Na ocasião, o vereador também havia sido preso, acusado de espancar e acorrentar junto à cama o enteado de 9 anos.

Oliveira da Ambulância está em seu segundo mandato. Em 2008, ele foi eleito com 1.398 votos, e está entre os mais votados de Colombo.

MAZZA

Da ambulância

O Gaeco prendeu o vereador Oliveira da Ambulância de Colombo que rachava grana com assessores. Quanto teremos, afinal, peixes grandes físgados?

26 AGO 2011

JUDICIÁRIO GAZETA DO POVO

Um ano depois, TJ ainda não realizou concurso para cartórios

CNJ determinou, em julho de 2010, que Justiça paranaense realizasse prova para nomear titulares de 350 serventias declaradas vagas. Tribunal alega que há contestações judiciais que o impedem de cumprir a ordem

Heliberton Cesca

! Há um ano e um mês o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinava ao Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) que realizasse concurso para ocupar os cartórios extrajudiciais do estado cujos titulares não foram selecionados por concorrência pública. Mas o TJ ainda não tem previsão de quando irá cumprir a ordem do CNJ.

Desde 1988, a Constituição Federal exige a realização de concurso para que uma pessoa seja nomeada para um cartório. Mas, no ano passado, o CNJ

revela que 350 (31,8%) das 1,1 mil serventias do Paraná estariam sendo ocupadas por não concursados. Esses 350 cartórios foram declarados vagos. O CNJ ainda levantou que em outras 75 serventias havia dúvidas sobre a legalidade da nomeação; e uma delas foi considerada "fantasma", pois o CNJ não sabia se o cartório tinha sido extinto ou desmembrado. Na ocasião, o então corregedor nacional de Justiça, ministro Gilson Dipp, considerava o Paraná o caso mais grave do país com relação aos cartórios.

Em março deste ano, o TJ reviu os números e mostrou que as nomeações irregulares seriam ainda maiores. Segundo dados do tribunal, 441 cartórios (40% do total) poderiam ser considerados vagos. Porém grande parte deles (202) tem discussão judicial aberta para definir sobre a legalidade ou não das nomeações. Em outros 40 casos existem dúvidas administrativas sobre a vacância. Ou seja, existem pedidos de extinção do cartório; as serventias estão anexadas a varas criminais ou ainda não têm um titular definido.

Há, porém, entendimento entre o TJ e o CNJ acerca da situação de 199 cartórios: eles estão livres para serem ofertados em concurso público, segundo ofício da Divisão de Concursos do TJ.

Cobrança

Recentemente, o CNJ voltou a cobrar do TJ o cumprimento da determinação para regularizar a situação dos cartórios no estado. Num despacho do último dia 18, o juiz auxiliar da corregedoria do CNJ, José Antonio de Paula Santos Neto, diz que "o concurso público para as delegações de serventias extrajudiciais vagas é (...) providência que se impõe".

Porém a Corregedoria do TJ informou acreditar que não há condições jurídicas para a realização de um concurso porque há medidas judiciais que impedem o cumprimento da determinação (leia mais na reportagem desta página).

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), José Lúcio Glomb, diz acreditar que seria possível a realização de concurso, pelo menos para as serventias em que não há contestação judicial. Porém ele reconhece a prudência do Judiciário paranaense. "O TJ é muito cauteloso nestes casos", lamentou Glomb.

O Paraná realizou um concurso geral para cartórios no estado entre 2006 e 2008. Na época, foram ofertadas 113 vagas em serventias extrajudiciais no estado. Mas atualmente apenas cerca de 60 serventuários aprovados naquela prova permanecem no cargo. O restante desistiu ou não assumiu o cartório.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Série de liminares impede as provas, 26 AGO 2011 afirma desembargador

O desembargador Lauro Augusto Fabrício de Melo, corregedor do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ), afirma que não há condições jurídicas para realizar um concurso para cartórios no Paraná. Segundo ele, há uma decisão do ano passado assinada pelo ex-ministro corregedor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Gilson Dipp, que proibiu a realização de uma audiência pública sobre o tema, procedimento que antecede o concurso.

A reunião é obrigatória para definição da lista das serventias e, principalmente, para determinar quais poderiam ter o titular nomeado por concurso de remoção. A legislação brasileira prevê que dois terços dos cartórios terão de ser preenchidos por concurso aberto a toda a população. O restante poderá ser ocupado por meio de concurso de remoção, quando cartórios já nomeados podem trocar de serventia.

O desembargador cita ainda a dificuldade criada por uma série de liminares expedidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em favor dos atuais titulares de cartórios incluídos na lista de irregularidades do CNJ. Ele diz que o imbrólio jurídico em torno do tema impede a abertura de concurso. "Como vamos fazer [o concurso] se o CNJ manda suspender e se o STF concede liminares?"

Porém o CNJ afirmou em despacho recente que, mesmo nestes casos, o TJ deve ofertar a titularidade dos cartórios por meio de concurso. Mas advertiu que nesses casos é necessário informar os concorrentes que a ser-

ventia está *sub judice*. O candidato aprovado no concurso e que escolher os cartórios *sub judice* tomaria a decisão "por conta e risco, sem direito a qualquer reclamação posterior", diz o juiz auxiliar da corregedoria do CNJ José Antonio de Paula Santos Neto.

Risco

Caroline Feliz Sarraf Ferri, presidente da Associação Nacional de Defesa dos Concursados para Cartórios (Andecc) e titular do Serviço Distrital do Portão (Curitiba), também defende o concurso imediato, mesmo para os casos *sub judice*. Porém a Andecc pretende que o TJ revise a lista de cartórios considerados vagos por entender que há erros na data de vacância. A entidade sustenta que isso pode influenciar na relação das serventias que serão ofertadas em concurso público aberto ou por concurso de remoção.

A Associação dos Notários e Registradores do Paraná (Anoreg-PR), que representa os cartórios do foro extrajudicial, afirmou em nota que não iria comentar o assunto porque "essa matéria encontra-se *sub judice*" e declarou confiar na decisão do Judiciário. (HC)

Gilson Dipp: para o TJ, uma das liminares que ele concedeu proíbe audiência prévia ao concurso.



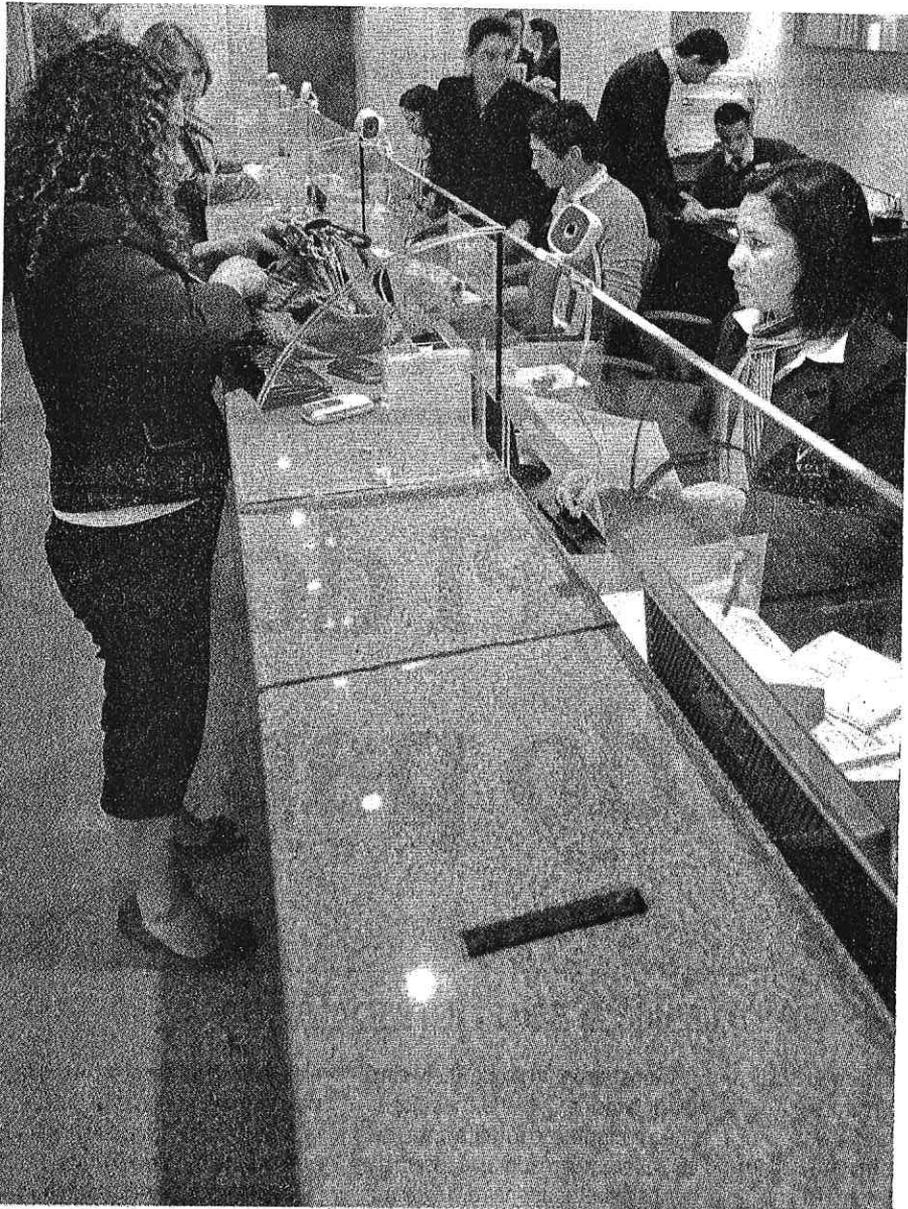
Antônio Morel/Gazeta do Povo

CONTINUA

26 AGO 2011

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO



Cartório em Curitiba: das 1,1 mil serventias do estado, 350 teriam de ser submetidas a concurso.

“O concurso público para as delegações de serventias extrajudiciais vagas é (...) providência que se impõe.”

José Antonio de Paula Santos Neto, juiz auxiliar da corregedoria do CNJ, em despacho do último dia 18, cobrando o TJ-PR a realização de concurso.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

POSSE DO 2º COLOCADO

26 AGO 2011

Entidade vai tentar derrubar nomeações feitas no Paraná

A Associação Nacional de Defesa dos Concursados para Cartórios (Andecc) anunciou que vai tentar derrubar no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) duas nomeações recentes para titular de cartórios no Paraná. A entidade diz acreditar que, apesar da determinação do CNJ para realização de concurso público para escolher as serventias, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) ainda segue desrespeitando a legislação.

Segundo a presidente da Andecc é titular do Serviço Distrital do Portão (Curitiba), Caroline Feliz Sarraf Ferri, houve irregularidade na designação dos titulares do Serviço Distrital de Pato Bragado e do Tabelionato de Notas de Ribeirão Claro, em maio e junho deste ano. Nos dois casos, o TJ reaproveitou os segundos colocados nos concursos para suprir a desistência dos titulares, que chegaram a assumir

a função e depois desistiram. Para Ferri, não há previsão legal para isso ocorrer. "O concurso se extingue no momento da escolha [do primeiro concursado]."

Os nomeados defendem-se e argumentam que há entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) que garante a validade do concurso por dois anos. "Estou tranquila. É o entendimento do STF", afirma Alisneia Kern Tulio, titular do Serviço Distrital de Pato Bragado. "O concurso tem prazo de validade de dois anos, prorrogáveis por mais dois anos a partir da homologação", afirma Adriana de Jesus Negrão Xavier, titular do Tabelionato de Notas de Ribeirão Claro.

O presidente do TJ, Miguel Kfoury Neto, foi procurado para explicar as duas nomeações, mas não houve retorno do pedido de informações.

(HC)

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CONGRESSO

Projeto quer regularizar os sem-concurso

Uma proposta de emenda à Constituição (PEC) tramita desde 2005 na Câmara dos Deputados com a intenção de regularizar a situação dos titulares de cartório que não passaram por concurso público para assumir a serventia. O projeto é conhecido como a "PEC dos Cartórios" e está parado na Mesa Diretora da Câmara desde 2008. No último mês de março, o deputado federal paranaense Nelson Padovani (PSC) apresentou requerimento pedindo a inclusão da medida na Ordem do Dia, para ser votada pelos parlamentares.

Segundo o texto da PEC, de autoria do deputado João Campos (PSDB-GO), as nomeações irregulares "se consolidaram, no aspecto administrativo" e não seria justo "deixar essas pessoas experimentadas (...), que investiram uma vida e recursos próprios nas mesmas, prestando relevante trabalho público e social, ao desamparo." (HC)

26 AGO 2011

INTERATIVIDADE

Qual sua opinião sobre a demora de o TJ realizar concurso para os cartórios declarados vagos no Paraná?

Escreva para

leitor@gazetadopovo.com.br

As cartas selecionadas serão publicadas na Coluna do Leitor.

GAZETA DO POVO

“O CNJ não deve ser nem tímido, 26 AGO 2011 nem comprometer os tribunais”

Ney José de Freitas
presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) e novo conselheiro do CNJ.

Themys Cabral

■ O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) veio para revolucionar a Justiça brasileira. Em vários aspectos, cumpriu a promessa. Em outros, vem sofrendo duras críticas. Criado em 2004 para ser o responsável nacionalmente pelo controle administrativo, financeiro e disciplinar do Poder Judiciário, o Conselho inaugura, agora, sua quarta composição com o desafio de firmar seu caminho de forma a ter uma atuação forte, mas, ao mesmo tempo, não interferir na autonomia dos tribunais. Entre o novo time de 15 conselheiros com essa missão, o Paraná é representado pelo presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR), desembargador Ney José de Freitas.

O conselheiro que acaba de assumir e tem mandato de dois anos, podendo ser reconduzido mais uma vez, fala em entrevista sobre suas expectativas na nova função e sobre os desafios do CNJ. “O CNJ não deve ser um órgão tímido”, diz o conselheiro recém-possado.

Quais os desafios atuais do CNJ?
Encontrar o ponto de equilíbrio para que não avance excessivamente e comprometa a competência e autonomia dos tribunais, mas

também que não seja um órgão tímido a ponto de não justificar a sua atuação. Se for para repetir o que é feito pelos tribunais, ele não se justifica. O CNJ é um órgão novo, criado em 2004. Ele está ainda em uma espécie de busca de seus caminhos.

O fato de a presidência do CNJ ser ocupada também pelo presidente do Supremo não acaba por engessar o Conselho?

Não, porque o CNJ tem total autonomia para decidir as matérias de controle administrativo. É preciso que a parte vá ao Supremo, por via judicial, para pedir o controle dos atos do CNJ. Fora isso, o CNJ não tem relação alguma de controle e subordinação com o Supremo.

Punições administrativas aplicadas a magistrados pelo CNJ e que são revertidas pelo Supremo têm causado polêmica...

Causa polêmica, mas é da natureza do sistema. Isso não causa diminuição à competência do CNJ. Toda manifestação de poder no sistema democrático está submetida a controles. O Supremo funciona como órgão de controle mantendo o CNJ naquilo que se entende que é seu caminho. Não que o Supremo sempre esteja certo, mas é o Supremo quem decide por último. É a palavra final para que haja segurança política. Não é possível um sistema em que houvesse recursos intermináveis.

Em um processo administrativo, o CNJ deve intervir apenas se a corregedoria do tribunal

não agir?

É uma questão que está ainda em discussão e que o Supremo deve resolver em breve. O CNJ somente deve atuar depois que as corregedorias forem provocadas, em uma atuação chamada subsidiária. Ou seja, não seria possível que alguém fosse direto ao CNJ. Primeiro teria que acionar as corregedorias locais. Se essas não atuam, são omissas, o CNJ então atua em caráter subsidiário. Essa parece ser a tendência do Supremo e a melhor orientação, sob pena das corregedorias locais perderem sua razão de ser.

Mas tem de existir uma corregedoria nacional, para que as corregedorias locais não sejam a última possibilidade de uma reclamação.

Outro ponto sensível é a autonomia dos tribunais em relação ao CNJ. Como equilibrar melhor isso?

Este é realmente um problema sensível porque os tribunais têm autonomia por força da Constituição. Agora, a utilização que os tribunais fazem desta autonomia pode ser objeto de controle do CNJ. O Conselho não pode administrar pelos tribunais, mas pode exercer controle para cortar excessos, corrigir caminhos, com extremo cuidado para não afetar a independência dos tribunais, porque assim o sistema entra em colapso.

CONTINUA

26 AGO 2011

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Observa-se uma disparidade grande entre o Poder Judiciário dos estados, regiões e até mesmo entre os ramos da Justiça. O CNJ pode ajudar na equalização?

Antes da criação do CNJ, o que se dizia era que os tribunais eram verdadeiras ilhas, ou seja, cada um funcionava de acordo com sua orientação própria. O CNJ começou a estabelecer políticas nacionais, regras e normas, que se aplicam a todos os tribunais.

O CNJ tem incentivado métodos consensuais de resolução de conflitos, mas a impressão que se tem é de que essa atuação não é suficiente para mudar a cultura brasileira de judicialização...

Lamentavelmente, ainda não temos no Brasil a cultura da conciliação. Nós temos a cultura do conflito. Tudo se judicializa. Isso faz com que o judiciário fique estrangulado e sem condição de resolver todos esses processos. A melhor solução que existe é a conciliação. A sentença nunca agrada às partes. Nem pode agradar porque o juiz não pode declarar empate. Alguém ganha, alguém perde. Na conciliação se resolve o conflito entre as partes.

É preciso aos poucos ir implantando essa cultura. O CNJ tem feito um trabalho extraordinário na área da conciliação, mas não se muda [a cultura] com rapidez. É um processo demorado, porque não é de mudança de procedimento. É de mudança de mentalidade.

O CNJ começou a desenvolver um trabalho em relação à judicialização da oferta de medicamentos. Como está esse estudo?

O CNJ não é um órgão judiciário. O que ele pode fazer é auxiliar para que as decisões dos juízes possam ser baseadas em elementos mais concretos. Uma comissão pretende fornecer subsídios para que o juiz tenha melhor condições de decidir. O juiz, quando recebe um pedido de fornecimento de uma medicação cara, enfrenta um drama, pois a pessoa que está ali geralmente corre risco de perder a vida. Ele, então, tem a tendência de, atendendo a uma perspectiva de direitos humanos e da dignidade da pessoa, mandar o Estado fornecer o medicamento. Mas existe o outro lado. Às vezes, ele fornece para uma pessoa e, por causa do valor, ele priva outros.

Como o CNJ pode auxiliar na atuação contra os grandes litigantes e, assim, diminuir os gargalos na Justiça?

Antes do CNJ não havia preocupação em relação a esse tipo de estatística. O que o CNJ verificou é que a grande massa dos processos é de grandes devedores, que não pagam e se utilizam do fato de poder aguentar um tempo longo de demanda. Não são pendências dos cidadãos. Há hoje uma tendência em, identificando esses devedores, procurar medidas para coibir. No Tribunal Superior do Trabalho, quem tem um débito trabalhista e não satisfaz, fica com uma certidão negativa, que gera determinados empecilhos. Ele não pode, por exemplo, participar de licitações.

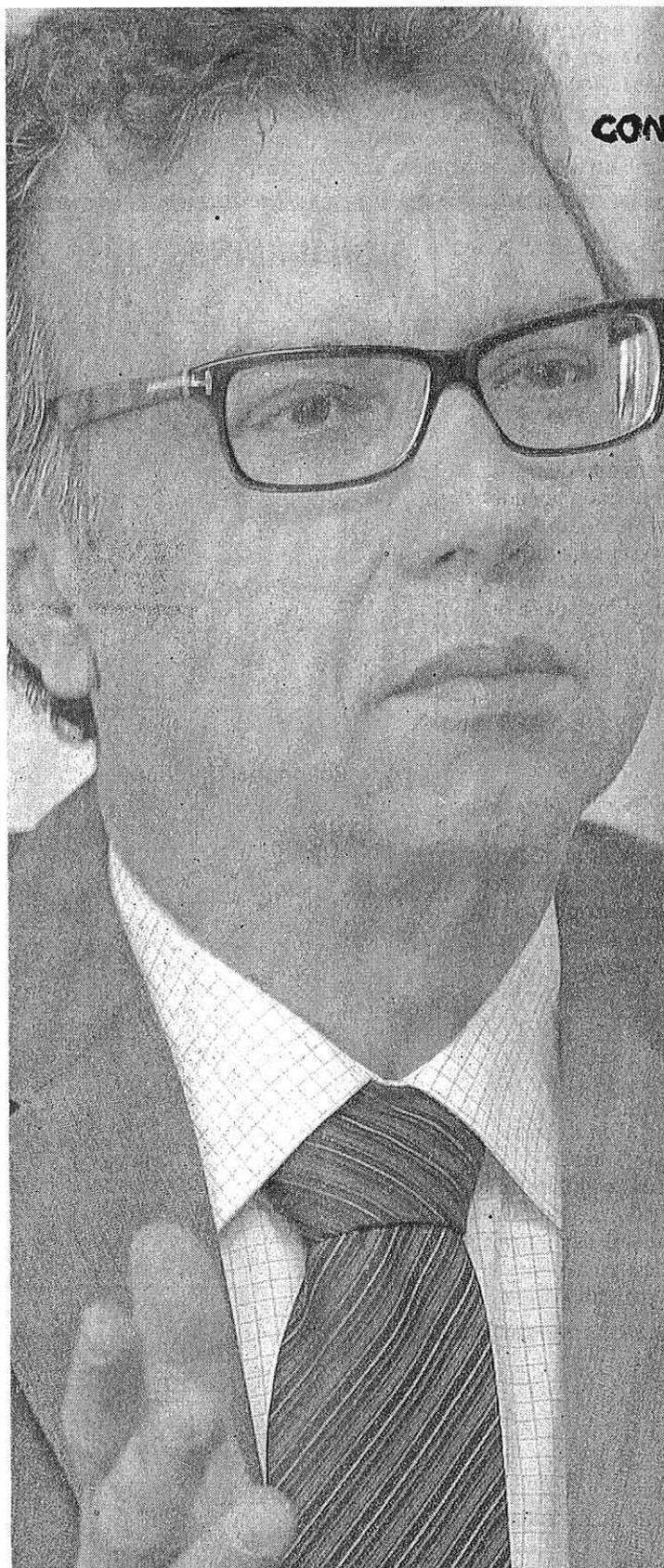
Como o Sr. avalia a participação do Paraná no Judiciário?

De modo geral, nós somos tímidos. Nós não tivemos até hoje um ministro no Supremo Tribunal Federal. Não tivemos força política para isso. Na Justiça do Trabalho, nas três composições do CNJ, nós tivemos representantes, mas porque circunstâncias foram favoráveis. Minha indicação foi um trabalho conjunto. O presidente do Tribunal Superior do Trabalho é oriundo do nosso tribunal. É evidente que esse é um apoio imprescindível para minha indicação. O Paraná está em processo de articulação política, aos poucos vai se afirmando, mas tem dificuldades. Temos uma espécie de timidez que nos impede de dar voos maiores, mas iremos superar isso.

Quais suas expectativas para a nova função?

Estou muito entusiasmado porque o CNJ oferece aos seus conselheiros uma visão muito mais ampla do Poder Judiciário porque ele lida com o Brasil inteiro e com todos os ramos do Poder Judiciário. As situações que o CNJ examina são as mais variadas. O CNJ proporciona a possibilidade, de certa forma, de se interferir nas grandes decisões. Questões administrativas de repercussão passam pelo CNJ. Acho que o importante de se participar de uma composição do CNJ é dar uma contribuição para que o sistema judiciário proporcione uma Justiça mais rápida, barata e eficaz.

CONTINUA



CONTINUAÇÃO

GAZETA DO POVO

26 AGO 2011

“Nós não tivemos até hoje um ministro no Supremo Tribunal Federal. O Paraná está em processo de articulação política, aos poucos vai se afirmando. Temos uma espécie de timidez que nos impede de dar voos maiores, mas iremos superar isso.”

26 AGO 2011

GAZETA DO POVO

CORREÇÃO

Prefeito de
Paranaguá foi
cassado pela
1ª instância

! Diferentemente do que foi publicado ontem, o prefeito de Paranaguá, José Baka Filho, não perdeu o mandato por ordem do Tribunal Regional Eleitoral, mas sim por decisão da 1.ª instância judicial. A punição ocorreu pelo uso indevido de meios de comunicação antes da campanha de 2008, e não durante, como informado. Ele permanecerá no cargo enquanto recorrer da decisão.

26 AGO 2011

GAZETA DO POVO

PALESTRA

O mandado de segurança e o direito à assistência à saúde

- ▶ DATA: 26 de agosto (das 19 às 22 horas).
- ▶ PALESTRANTE: Wilson Maingué Neto.
- ▶ PÚBLICO-ALVO: alunos, professores e profissionais da área de direito.
- ▶ LOCAL: Grande Auditório do Câmpus Milton Vianna Filho.
- ▶ INFORMAÇÕES: www.unicuritiba.edu.br, no link do Núcleo de Pesquisa e Extensão Acadêmica (NPEA).

EVENTO

V Congresso Brasileiro de História do Direito

- ▶ DATA: de 29 de agosto a 2 de setembro.
- ▶ PÚBLICO-ALVO: estudantes de Direito de graduação e pós-graduação, professores e profissionais ligados à área.
- ▶ ORGANIZAÇÃO: Instituto Brasileiro de História do Direito e Pós-Graduação em Direito da UFPR.
- ▶ LOCAL: Teatro da Reitoria. Rua XV de Novembro, 1.299.
- ▶ INFORMAÇÕES: www.ibhd.org.br

UFPR

Encontro terá historiadores estrangeiros

Historiadores do Direito de expressão internacional, vindos da Itália, Espanha, Portugal e outros países da Europa e América Latina estarão participando do 5.º Congresso Brasileiro de História do Direito, que será realizado na Universidade Federal do Paraná, de 29 de agosto a 2 de setembro. Entre os 22 conferencistas brasileiros e 16 estrangeiros está o professor Paolo Grossi, juiz da Corte Constitucional Italiana, que receberá o título de doutor "honoris causa" da UFPR. A programação completa e o formulário de inscrição estão no www.ibhd.org.br.

CONCURSO

Prêmio sobre ética abre inscrições

Vão até o dia 31 de agosto as inscrições para a 4.ª edição do Prêmio Evandro Lins e Silva, promovido pela Escola Nacional de Advocacia do Conselho Federal da OAB. O concurso vai premiar trabalho jurídico inédito elaborado individualmente sobre o tema "Defesa das Liberdades, Democracia e Ética". O resultado será divulgado no dia 8 de novembro no site do Conselho Federal e a premiação será entregue durante a 21.ª Conferência Nacional dos Advogados. Informações no site www.oab.org.br.

CONCILIAÇÃO

Em três dias TRT-PR tem 700 acordos

Nos três primeiros dias da Semana Regional de Conciliação, promovida pela Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR), foram realizadas 1.412 audiências de 1.º e 2.º Grau, com 719 acordos homologados, o que corresponde a um êxito de 51%. Apenas em três dias foram acordados R\$ 11,7 milhões.

A Semana de Conciliação continuará até sexta-feira, dia 26 de agosto. Somente em Curitiba, serão realizadas cerca de 500 audiências. Informações pelo email conciliar@trt9.jus.br e no (41) 3310-7360 e 3310-7141.

BESSA

Dotti conçoado

O advogado René Dotti vai compor a comissão de juristas que irá elaborar o anteprojeto do novo Código Penal brasileiro, a ser votado pelo Senado. Seu nome foi indicado pelo senador Alvaro Dias, de quem Dotti foi secretário da Cultura no governo do Paraná.

ALTERAÇÃO

Perícia no INSS pode ser acompanhada

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) aceitou o pedido da Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná (OAB-PR) para que fosse permitida a presença de advogado na realização das perícias médicas. O Ministério da Previdência Social expediu um memorando circular autorizando acompanhantes, de forma geral, durante a perícia médica. Pelas novas regras, o acompanhante está permitido e não precisa ser necessariamente advogado.

26 AGO 2011

GAZETA DO POVO

ABUSO SEXUAL

Absolvida ré
que mandou
matar o pai

¶ Em 15 de novembro de 2005, Severina Maria da Silva contratou dois homens para assassinar o pai, Severino Pedro de Andrade, que foi morto a facadas. Ontem, ela foi absolvida, por unanimidade, em julgamento realizado na 4.ª Vara do Tribunal do Júri do Recife. A alegação foi legítima defesa. De família de agricultores, Severina não aprendeu a ler nem a escrever. Aos 9 anos, foi estuprada pelo pai. A mãe ajudou na tarefa, segurando-a na cama. Ela foi abusada por anos seguidos e teve 12 filhos dele — sete morreram.

Em 2005, Severina conta ter sido espancada pelo pai, por três dias seguidos, por se negar a fazer o mesmo que sua mãe havia feito: levar e segurar a filha, então com 11 anos incompletos, para que ele a violentasse. Diante da resistência, Severino a teria ameaçado de morte. Ela, então, se antecipou.

JUNDIAÍ DO SUL

Eleito pode
assumir 33
meses depois

¶ O empresário Valter Abras, pode ser empossado no cargo de prefeito de Jundiá do Sul, no Norte Pioneiro, assim que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) analisar uma medida cautelar que pede a posse ao vencedor das eleições de 2008. Com a publicação, Abras assumirá a prefeitura 33 meses depois do que seria a sua posse. O tucano venceu as eleições municipais com 54% dos votos válidos e até chegou a ser diplomado, mas não pôde assumir o cargo por causa de uma decisão do Tribunal Regional Eleitoral. A punição ocorreu pelo não cumprimento de serviços comunitários em uma pena imposta pela condenação por crime ambiental em 2000, quando ele era prefeito da cidade.

26 AGO 2011

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

OAB contra a corrupção

Surpreende a iniciativa da OAB ao lançar um observatório da corrupção voltado ao estímulo de participação da sociedade na questão pública (Gazeta, 25/8). Sabe-se da dificuldade em compreender e acessar dados sobre o orçamento público, que deve ser sempre o pano de fundo, ou foco principal, da nossa fiscalização. Aí moram as diversas possibilidades de corrupção. A surpresa diz respeito a uma iniciativa descolada de outras ações de formação e educação para a participação. Por isso, entidades tão representativas, como a OAB, devem trabalhar em rede e buscar, neste caso, parcerias para possibilitar que a sociedade civil de fato consiga ler as leis orçamentárias.

Ana Paula Braga Salamon

Ex-banqueiro Cacciola deixa a prisão no Rio após 4 anos

O ex-dono do Banco Marka Salvatore Cacciola, 65 anos, foi liberado na tarde de ontem do Instituto Penal Plácido Sá Carvalho, na zona oeste do Rio de Janeiro. Ele cumpria pena de 13 anos de prisão por peculato e gestão fraudulenta de instituição financeira. O advogado Manoel de Jesus Soares disse que o ex-banqueiro deverá ir para sua casa no

Rio. Cacciola estava preso desde 2007, quando foi localizado pela Interpol em Mônaco.

Na terça-feira, a juíza Natascha Maculan Adum Dazzi, da Vara de Execuções Penais, aceitou o pedido de liberdade condicional de Cacciola. O ex-banqueiro foi condenado pela Justiça brasileira, acusado de se valer de operações ilegais de compra de dólar.

DENÚNCIA

Vereador é preso dentro da Câmara de Colombo

O vereador de Colombo Joaquim Gonçalves de Oliveira (PTB), conhecido como Oliveira da Ambulância, foi preso ontem em seu gabinete na Câmara de Vereadores da cidade, na Grande Curitiba.

De acordo com as denúncias, o vereador se apropriava de parte dos salários de três dos seus assessores, que recebiam cerca de R\$ 3,9 mil por mês cada. Segundo o Ministério Público do Paraná (MP), Oliveira exigia que os assessores retirassem o pagamento do banco e entregassem o valor integral a ele. O vereador repassaria apenas cerca de R\$ 1,2 mil a cada funcionário. Oliveira foi detido no momento em que os assessores entregavam o dinheiro a ele na Câmara. O vereador vai responder por peculato — apropriação de recursos públicos.

Um ex-assessor de Oliveira já havia feito uma denúncia contra o vereador pela suposta irregularidade. Em 2008, Nivaldo Vieira da Fonseca Neto contou que recebia apenas R\$ 400 do salário que deveria ganhar na Câmara — R\$ 3.070 na época.

GAZETA DO POVO

26 AGO 2011

PRESÍDIOS

Anunciado plano para ampliar rede prisional

¶ O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, anunciou a criação de um plano nacional para ampliação do sistema prisional brasileiro. Segundo ele, o plano terá recursos de cerca de R\$ 1 bilhão e como foco a construção de novas cadeias, principalmente para presos provisórios (que ainda não foram julgados): "A ideia é ampliar o sistema de cadeias, porque só em delegacias de polícia, com base em dados oficiais, [há] 60 mil presos, o que é absolutamente absurdo", afirmou o ministro, após audiência no Senado.

Segundo Cardozo, o plano, elaborado pela pasta, já foi aprovado pela presidente Dilma Rousseff e será divulgado nos próximos dias. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) também participam da iniciativa. "O sistema prisional brasileiro vive momentos difíceis. Nós não podemos ter um sistema prisional com pessoas sendo degoladas, com uma superlotação, com um tratamento animal e desumano que não permite minimamente o cumprimento dos princípios constitucionais nem a reinserção posterior [do preso]", disse Cardozo. "É evidente que nós preferíamos estar construindo escolas e creches ao invés de presídios, mas a realidade exige isso", completou.

Programa incentivará mães a doar filho, não abandonar

¶ Um programa que pretende incentivar mães — que por algum motivo não se sentem preparadas para exercer a maternidade — a doar o filho foi lançado ontem à noite em Cascavel, no Oeste. O Entregue Consciente para Adoção Legal foi desenvolvido pela equipe técnica da Vara da Infância e da Juventude.

De acordo com o juiz Sergio Kreuz, a ideia é prevenir abortos clandestinos, abandono de recém-nascidos e até a entrega para terceiros. Uma campanha de divulgação será lançada nos próximos dias com cartazes pela cidade.

O programa vai dar apoio psicológico, jurídico e social a quem resolver entregar seu filho. Kreuz diz que doar não é crime.

Remarcar ou cancelar voo já custa menos

¶ Segundo o Ministério Público Federal do Pará já vale, desde ontem, a norma que reduz as tarifas de remarcação e cancelamento de passagens aéreas cobradas pelas empresas TAM, Gol, Cruiser, TAF e Total. A decisão, do juiz auxiliar da 5ª Vara do Pará, André Guerra, foi divulgada na semana passada e publicada ontem pela Imprensa Nacional.

O juiz determinou que as companhias aéreas cobrem um máximo de 10% do valor das passagens em casos de remarcação ou cancelamento da viagem — em alguns casos era cobrada taxa de até 80%.

A Gol não se pronunciou sobre a decisão, enquanto a TAM disse que "discorda da decisão da Justiça e que já protocolou recurso contra a medida proposta."

Desintegração

Durante a audiência, Cardozo ainda criticou a falta de integração entre os órgãos de segurança pública. "A atuação do plano de segurança pública tem sido profundamente desintegrada no que se refere à ausência de relações de planejamento, de gestão, entre os diversos órgãos públicos. Nós nunca conseguimos historicamente uma articulação efetiva entre as ações do Ministério da Justiça e do Ministério da Defesa", afirmou.

O ministro também defendeu um sistema de informações mais integrado entre os Estados, uma melhor remuneração dos agentes de segurança e o combate à corrupção dos agentes públicos.

Vara do SFH em Curitiba manterá exclusividade

Segundo OAB e juíza, TRF4 recuou na intenção de retirar a especialização do tribunal, o que atrasaria os processos de mutuários

Alexandre Costa Nascimento

O Paraná continuará tendo uma vara especializada em processar e julgar exclusivamente causas ligadas ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH). A repercussão negativa e pressão das entidades ligada à habitação levaram o Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF4) a rever os efeitos da resolução administrativa que extinguiria a Vara Federal do SFH de Curitiba a partir de 1.º de setembro.

Oficialmente, o tema será discutido em reunião do órgão colegiado do TRF4 na próxima segunda-feira. Entretanto, já há o compromisso da juíza Marga Inge Barth Tessler, presidente do tribunal, em manter a vara do SFH em funcionamento. "Falei pelo telefone com a presidente do tribunal, que me garantiu que a decisão será revista. A vara continuará atuando de forma especializada, analisando outros tipos de processo apenas quando a demanda estiver reduzida", afirma o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Paraná (OAB-PR), José Lucio Glomb.

Na terça-feira, a entidade enviou um requerimento ao TRF4 exigindo a suspensão da medida e manutenção da vara especializada.

A continuidade do funcionamento da vara do SFH também é confirmada pela juíza titular, Anne Karina Stippe Amador Costa, que recebeu uma ligação da presidência do tribunal com o compromisso de reavaliar a decisão. "O tribunal se sensibilizou com o trabalho da vara e deve optar pela manutenção do trabalho. Toda especialização traz maior eficiência. Além dos juízes, há um trabalho técnico e toda a estrutura preparada para lidar com esse tipo de situação. Com a manutenção da vara, garante-se a Justiça mais próxima do cidadão", considera.

O TRF4, por meio de sua assessoria de imprensa, confirma que a presidência recebeu vários pedidos para revogar a decisão de extinguir a Vara Especializada do SFH e que a demanda está sob análise. Entretanto, uma eventual mudança só seria oficializada através de resolução normativa, publicada no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 4.ª Região. A Resolução n.º 67, que altera a competência da vara do SFH em Curitiba para vara de juizado especial cível, entra em vigor em 1.º de setembro de 2011.

CORREÇÃO

Diferentemente do informado na matéria "Fim de vara do SFH deve expor mutuários à lentidão da Justiça" (24/08), o quantitativo expressivo ao qual se refere o gerente da área jurídica da Caixa Econômica Federal no Paraná, Alaim Giovani Fortes Stefanello, diz respeito ao número de mutuários ingressantes no Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e não ao número de processos na Justiça contra a Caixa, como informado. Segundo Stefanello, o número de processos é residual e atinge menos de 1% dos financiamentos. Em Curitiba, foram 4.685 unidades financiadas e apenas 40 resultaram em processos até 10 de agosto. O Paraná totaliza 60 processos, com 11.232 financiamentos até junho.

"A se confirmar a mudança de posicionamento, será uma decisão muito positiva. Quando se resolve um conflito envolvendo a moradia própria, resolve-se uma demanda de interesse de toda a sociedade."

Alaim Giovani Fortes Stefanello, gerente da área jurídica da Caixa Econômica Federal no Paraná.

Mensalão pode prescrever

na próxima

semana 26 AGO 2011

Se o Supremo julgar os casos e der penas menores de dois anos aos réus que respondem por formação de quadrilha, os acusados estarão livres

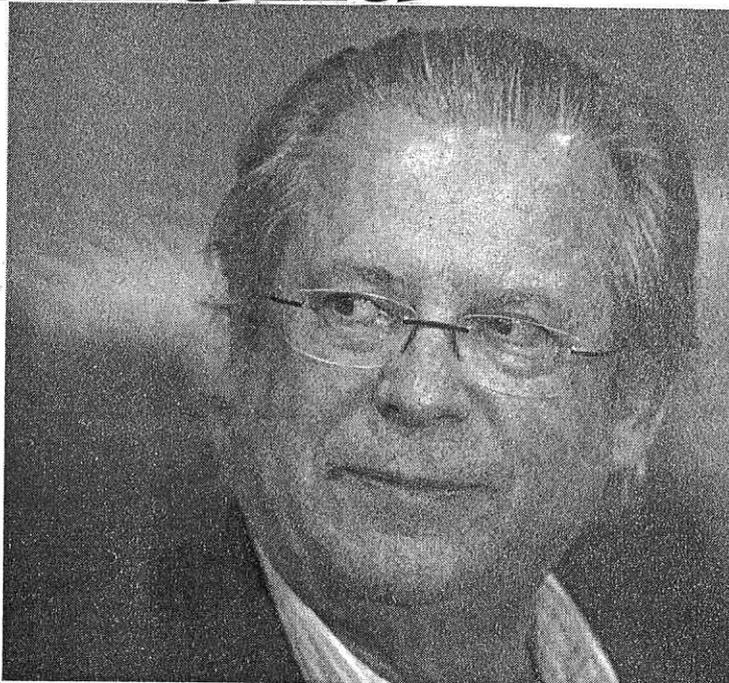
BRASÍLIA

Agência Estado

Passados quatro anos do recebimento da denúncia contra 40 suspeitos de envolvimento no mensalão — hoje são 36 réus —, o crime de formação de quadrilha, espinha dorsal da denúncia, pode prescrever na próxima semana. Para que este crime não saia impune, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) terão de aplicar penas para os acusados pelo crime de quadrilha superiores a dois anos. Se a pena não ultrapassar esse tempo, os acusados estarão livres desse crime.

São acusados do crime de formação de quadrilha, por exemplo, o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, apontado pelo Ministério Público como o chefe do grupo, o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e o ex-presidente do PT José Genoíno. Além deles, há outros 19 réus que responderão pelo mesmo crime.

A pena prevista no Código Penal para o crime de formação de quadrilha varia de 1 a 3 anos de reclusão. Inicialmente, os minis-



Albani Rosa/Gazeta do Povo

Dirceu é um dos réus do mensalão que responde por crime de formação de quadrilha.

tros precisam julgar haver provas suficientes para confirmar a existência da quadrilha e a participação de cada um dos acusados. Ministros do STF, em caráter reservado, avaliam que será difícil obter provas suficientes contra todos.

Caso confirmem a prática do crime, os ministros estabelecerão qual será a pena aplicada a cada um dos condenados. Os ministros deverão considerar os antecedentes de cada um, a conduta social, as circunstâncias e consequências do crime. Além disso, deverá levar em consideração qual será a sanção necessária para reprovar e prevenir a repetição da prática do crime.

Nesse cálculo, parte dos réus pode ser beneficiada com a prescrição em razão da posição que ocupavam no esquema cuja existência foi apontada pela Procuradoria-Geral da República. Se encontra-

das provas da participação de peças consideradas chaves do esquema, como Dirceu e Genoíno, estes poderão receber penas maiores em razão das posições que ocupavam na época.

Se aplicada uma pena inferior a dois anos, o crime estará prescrito. De acordo com a legislação, o crime estaria prescrito, contados quatro anos após o recebimento da denúncia pelo Supremo. Para penas superiores a dois anos, o prazo de prescrição subiria para oito anos. Nesse caso, o crime não estaria prescrito quando a ação penal for levada a julgamento o que pode ocorrer no próximo ano.

A passagem do tempo e a possibilidade de prescrição preocupavam especialmente o ministro Joaquim Barbosa. Essa foi uma das razões para o ministro ter buscado soluções para evitar possíveis chicanas judiciais.

26 AGO 2011

GAZETA DO POVO

Delegacia funciona sem policiais civis

Registro de ocorrências em Contenda é feito por funcionários cedidos pela prefeitura. Unidade é exemplo da falta de investimento na Polícia Civil

Rafael Waltrick

A delegacia de Contenda (a 49 quilômetros de Curitiba) é o retrato da falta de investimento na Polícia Civil no interior do Paraná. A unidade não tem delegado ou qualquer outro policial civil cumprindo expediente diário no local. O imóvel que abriga a delegacia é velho e não tem nenhuma identificação oficial. A cadeia tem duas celas com 25 presos e conta com apenas dois auxiliares de carceragem para se revezar no cuidado aos detentos. Na última sexta-feira, sete presas fugiram da delegacia.

O atendimento ao público e a confecção de boletins de ocorrência é feito por funcionários cedidos pela prefeitura da cidade, que tem 15,8 mil habitantes. Um acadêmico de Direito, que diz trabalhar há seis anos na unidade, desempenha o papel de escrivão. A equipe é "reforçada" com a presença de uma cozinheira e um estagiário. Durante a madrugada e nos fins de semana, a delegacia fica sob os cuidados de vigias da prefeitura, que não portam armas e têm a função apenas de monitorar o prédio, sem entrar no local.

Apesar de crítica, a situação em Contenda não é uma exceção. Longe disso, é quase uma regra na maioria das cidades de pequeno porte do estado, alertam a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Sindicato das Classes Policiais Cíveis do Estado do Paraná (Sinclapol). Nos últimos dez anos, o déficit de policiais civis no Paraná aumentou 9% — passou de 3.931 agentes para 3.572 atualmente. Cerca de 270 cidades paranaenses não têm delegado.

"O trabalho de funcionários da prefeitura ou cedidos por outros órgãos não é compatível à estrutura e serviços de uma delegacia. Essas pessoas estão colocando em risco a própria vida. O grande problema é que essa inexistência de policiais também é observada em outros municípios", relata o presidente do Sinclapol, André Gutierrez.

Serviço extra

A falta de agentes faz com que, na prática, o mesmo delegado seja responsável por mais de um município. A delegacia de Contenda, por exemplo, é de responsabilidade do delegado Daniel Prestes Fagundes, que atua na Lapa. Fagundes afirma que vai até o município vizinho no mínimo duas vezes por semana, mas reconhece que a alternativa adotada não é, nem de longe, a mais adequada.

"É algo completamente distante do desejável. Os vigias cedidos pela prefeitura não são preparados, não passaram por qualquer curso e não sabem fazer o manejo dos presos. Precisariamos ter, no mínimo, quatro auxiliares de carceragem para que os detentos ficassem sob vigilância 24 horas", afirma.

Inquéritos

Para o delegado, a situação só não é pior porque a demanda de atendimentos e investigações em Contenda é considerada baixa. Segundo ele, desde o início do ano foram instaurados apenas 56 inquéritos na cidade. No total, porém, cerca de 290 ainda estão em andamento, aos cuidados de investigadores da Lapa. Desde o início deste ano, cerca de 300 inquéritos foram instaurados na sede da comarca, que conta com uma equipe reduzida: um delegado, quatro investigadores e um escrivão.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Falta de agentes resulta em ações na Justiça

26 AGO 2011

A falta de policiais civis na delegacia de Contenda já foi motivo de ações do Ministério Público (MP) do Paraná e da Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná (OAB-PR) nos últimos meses. A vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da OAB-PR, Isabel Kugler Mendes, relata que, quando a comissão visitou a delegacia, no final de maio, encontrou apenas a cozinheira no local. "É uma cadeia que não tem ninguém pra cuidar. A hora que os presos quiserem fugir, eles fogem. Não há nenhuma condição de manter esse local assim", afirma a advogada.

No final do mês passado, o MP ajuizou duas ações civis públicas contra o governo do Paraná, com o objetivo de compelir o poder público a enviar, imediatamente, policiais civis para as delegacias de Lapa e Contenda. Segundo o promotor de justiça Felipe Lamarão de Paula Soares, que assinou as duas ações, os servidores públicos municipais que atuam em Contenda "não têm atribuição nem treinamento para exercer as funções que vem exercendo". Mesmo com as ações, o efetivo nas duas cidades não foi reforçado.

Outro lado

A Secretaria de Estado da Segurança Pública informa que, até o fim do ano, devem ser contratados 670 aprovados para o cargo de investigador no último concurso da Polícia Civil, ocorrido ano passado. A secretaria também pretende abrir concurso para o preenchimento de 40 vagas de delegados. A intenção é que um dos delegados aprovados passe a atuar em Contenda, com o auxílio de investigadores.

26 AGO 2011

GAZETA DO POVO

SEGURANÇA E EDUCAÇÃO

A vida, que deveria ser concebida por todos como um valor inestimável, começa a ser entendida como algo fútil, que pode ser eliminada ou violada sem grandes consequências

Os três casos com mortes violentas que ocorreram no fim de semana passado em Curitiba demonstram a necessidade de se investir em efetivos policiais, combater o tráfico de drogas e reforçar a inteligência investigativa para agilizar a solução dos crimes. Também mostram a necessidade de se estimular uma educação orientada para valores. Pelo menos dois dos três episódios de violência tiveram seu início em brigas. E em um deles o motivo aparente foi fútil: uma garrafa de bebida.

Entre sábado e domingo, três episódios resultaram em oito pessoas mortas e sete feridas a tiros. Todos os casos envolveram armas de fogo, de diferentes calibres. Matar pode ter como causa banalidades, discussões de bar, uma garrafa de bebida, mas pode também ter origem em situações mais obscuras, como vingança envolvendo o crime organizado. A violência cometida contra uma garota é replicada no mundo virtual, como se fosse algo interessante de ser exposto. Ora, a vida das pessoas, que deveria ser concebida por todos como um valor inestimável, é muitas vezes entendida como algo fútil, que pode ser eliminada ou violada sem grandes consequências.

Essas atitudes precisam ser combatidas em especial por meio de duas vertentes. A primeira delas é realizar definitivamente a ampliação do contingente policial, conforme anunciado pelo Plano de Segurança do governo do estado. Sem mais policiamento, sem aumentar a sensação de segurança nas ruas, notícias de tragédias como as que aconteceram no fim de semana certamente irão se repetir. Experiências comunitárias têm demonstrado que quando há combate à violência, com ostensivo e constante policiamento, as atividades criminosas são reduzidas. A mera presença policial produz efeitos positivos.

A segunda diz respeito à necessidade urgente de se implementar uma educação orientada a valores. Principalmente valores que tornam a vida em sociedade mais harmônica. Não é possível conceber que a vida possa ser tão pouco estimada por parte dos cidadãos, a ponto de banalidades serem motivos suficientes para comportamentos de violência extrema. Somente uma ação educativa, começando nas famílias e nas escolas, pode estimular uma cultura de valorização da vida, para que as pessoas possam desenvolver ao máximo suas potencialidades, satisfazendo seus desejos e buscando a felicidade coletivamente.

Cortes na infância

Ipea revela que o setor da criança e juventude foi a área social mais prejudicada pela perda de verbas em 2010

Vanessa Prateano e Gabriel Azevedo

◆ A área da infância e juventude foi o setor que mais perdeu recursos destinados pelo governo federal à área social no ano passado. O corte nos repasses chegou a 30%. Em 2010, a área deixou de receber, via Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FIA), R\$ 12,6 milhões para programas de contraturno escolar e atendimento a adolescentes em conflito com a lei. Os dados fazem parte de um estudo divulgado ontem pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

A pesquisa mostra que um dos projetos contemplados com repasses do fundo, o Programa Segundo Tempo, que oferece atividades esportivas no contraturno, simplesmente não recebeu recursos em 2010 — no ano anterior, o repasse foi da ordem de R\$ 4,6 milhões. Para outro projeto, o Pró-Sinase, voltado a adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, o repasse foi 76% menor, passando de R\$ 6,1 milhões em 2009 para R\$ 1,4 milhão em 2010.

Apenas uma área, a de enfrentamento à violência sexual, não foi atingida pelo corte de recursos no FIA, e teve a verba aumentada de R\$ 5,3 milhões para 6,5 milhões, um acréscimo de 22% no mesmo período. Em compensação, o mes-

mo programa, só que executado pelo Ministério da Educação, sofreu cortes da ordem de 60%.

Análise

A vice-presidente da Comissão da Criança e do Adolescente da seção paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), Mayta Lobo dos Santos, afirma que a diminuição da verba revela a pouca importância dada à área por quem aprova o orçamento federal. E também a falta de capacitação da sociedade civil, que não sabe pleitear os recursos, enviando documentos fora do prazo ou incompletos — nesses casos, o dinheiro está disponível, mas não é liberado por questões burocráticas.

“As políticas não acontecem porque não há interesse na hora de se aprovar o orçamento, e também pela falta de competência e fiscalização da sociedade”, critica Mayta, lembrando que a área de infância e juventude é uma área de prioridade absoluta na hora de se elaborar políticas públicas.

Reflexos

O presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente do Paraná, Luciano Rosa, afirma que, no caso do Paraná, o corte não chegou a interromper os programas, já que o fundo estadual possui um orçamento igual ou maior do que o do fundo nacional. Em 2009, o orçamento do paranaense foi de R\$ 38 milhões, e esse ano, de R\$ 42 milhões.

Apesar disso, Rosa lembra que a contrapartida do FIA já tem se mostrando menor em um caso acompanhado pelo conselho

recentemente. Em 2010, o fundo estadual custeou integralmente o projeto de uma ONG que atende crianças e adolescentes ameaçados de morte no estado, no valor de R\$ 1,1 milhão. Para este ano, foi pedida complementação ao fundo nacional no valor de R\$ 1 milhão, mas o FIA, que a princípio aprovou o pedido, disse que agora só poderá colaborar com R\$ 700 mil.

“A preocupação é que o valor diminua ainda mais. Há todo um planejamento que precisa ser feito e esses cortes atrapalham”, diz Rosa, que, no entanto, lembra que os fundos não podem ser vistos como os únicos instrumentos de consolidação dos direitos da infância. “Eles existem para complementar e não para manter política pública. Ações básicas em qualquer área são obrigação do Estado.”

INTERATIVIDADE

Porque o governo não dá a devida atenção ao setor da infância e juventude?

Escreva para

leitor@gazetadopovo.com.br

As cartas selecionadas serão publicadas na Coluna do Leitor.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

26 AGO 2011

Veja quanto cada ministério aplicou em programas sociais nos últimos dois anos:

	Investimento (em R\$ bilhões)		Variação (em %)
	2009	2010	
Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente	0,04	0,03	-30
Ministério da Fazenda	5,0	4,1	-17
Ministério das Cidades	14,6	13,1	-10
Ministério do Desenvolvimento Agrário	4,0	3,7	-6
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	0,1	0,1	-2
Ministério da Saúde	66,1	67,3	2
Secretaria Especial dos Direitos Humanos	0,2	0,2	3
Ministério do Trabalho e Emprego	44,3	46,8	6
Ministério da Previdência Social	250,1	267,6	7
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	35,0	39,4	13
Arquivo Nacional	0,1	0,1	15
Ministério da Cultura	1,3	1,5	17
Ministério da Educação	43,9	54,2	24
Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial	0,0	0,0	54
Total Geral	464,7	498,2	7

Gasto Social Federal



* Estimativa



**Soma de gastos sociais dos ministérios e demais benefícios.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Investimento em educação aumenta 23%

A área de educação, por outro lado, teve um acréscimo de 23,5% no total de repasses do governo federal na área social, passando de R\$ 43,9 milhões em 2009 para R\$ 54,2 milhões o ano passado, de acordo com o estudo do Ipea. Entre as atividades contempladas, no entanto, nem todas estão diretamente ligadas ao ensino. A área que mais ganhou recursos, com aumento de 4.000%, foi a de assistência farmacêutica, seguida pelo programa Brasil Quilombola, mais ligado à área de assistência social e regularização fundiária. No total, o órgão responde por 10,9% dos gastos sociais do governo, que foi de R\$ 498 bilhões em 2010.

O Ministério da Previdência Social é o que aparece em primeiro lugar como o que mais abocanhou recursos destinados à área social, com 53,7% do total executado em 2010. Além da Previdência e Educação, os Ministérios da Saúde (13,5%), Trabalho e Emprego (9,4%) e Desenvolvimento Social e Combate à Fome (7,9%) respondem por 95,4% dos gastos totais na área. Ainda compõem a área social a Secretaria Especial de Direitos Humanos, o próprio Fundo Nacional da Criança e do Adolescente, os Ministérios da Cultura, da Fazenda, das Cidades, do Desenvolvimento Agrário e o Arquivo Nacional, que respondem pelos 4,6% restantes.

Natureza

Em relação à natureza das despesas, o estudo apontou que apenas 3,2% dos recursos são gastos com investimentos, e que a grande maioria, 83,2%, são destinados às despesas correntes, e 10,5% com gastos de pessoal, índices criticados pelos pesquisadores. O diretor de Estudos e Políticas Sociais do Ipea, Jorge Abrahão, lamentou que os investimentos, que envolvem criação e ampliação de equipamentos, como escolas, creches e hospitais, seja tão pequeno e afirmou que os gastos não atendem às necessidades do país. (VP e GA)

26 AGO 2011

CRÉDITO SUPLEMENTAR

Mais R\$ 755 mi para Bolsa Família

BRASÍLIA

Folhapress

Deputados e senadores aprovaram ontem em sessão conjunta quatro projetos de crédito suplementar para custear programas e ações do governo. Uma das propostas libera R\$ 755 milhões para pagar o reajuste dos benefícios do programa Bolsa Família. O governo aumentou o menor valor pago de R\$ 22 para R\$ 32, e o maior passou de R\$ 200 para R\$ 242.

Foi aprovado ainda crédito no valor de R\$ 205,6 milhões para o programa Brasil Sem Miséria, por meio de ações dos Ministérios do Meio Ambiente, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

A medida também aprovou repasse de R\$ 48 milhões à Justiça Eleitoral, à Justiça do Trabalho e à Secretaria dos Portos da Presidência da República, e de R\$ 150,6 milhões para os Ministérios da Justiça e da Defesa.

Criada há 10 dias, CPI do Derosso não saiu do papel

26 AGO 2011

Vereadores ainda não sabem como será a composição da comissão que investigará supostas irregularidades

Chico Marés

O pedido de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as denúncias de irregularidades supostamente cometidas pelo presidente da Câmara de Curitiba, João Cláudio Derosso (PSDB), completa hoje dez dias sem que a comissão tenha saído do papel. Nem o número de representantes de cada partido na CPI ainda não foi definido. A CPI terá nove integrantes.

O regimento interno da Câmara não prevê prazo para que a CPI seja instalada após ter número mínimo de assinaturas para sua criação. Não há também uma definição de quantos vereadores cada partido pode ter na comissão — existe apenas um indicativo de que se respeite a proporcionalidade das legendas na Casa. Segundo o vice-presidente da Casa, Sabino Picolo (DEM), a Mesa Executiva aguarda que sejam feitas todas as indicações partidárias antes que o formato da CPI seja decidido.

Apesar disso, já existem duas propostas circulando na Casa: a primeira, feita extraoficialmente por alguns vereadores logo após a instalação da CPI, em 16 de agosto, sugere que o PSDB, que tem 14 vereadores, deva ficar com três dos nove membros. DEM, PT, PDT e PSB, que têm três cada, devem ficar

com um representante cada. PV, PPS, PMDB e PP, que têm dois, dividiriam uma cadeira. E PSL, PRP, PRB e PSC, com um vereador, devem dividir a outra.

Entretanto, o líder da oposição, Algaci Túlio (PMDB), protocolou um pedido de informações na última terça-feira, no qual pede detalhes sobre a proposta da própria Mesa. Ele também sugeriu outra forma de dividir a comissão. Nela, os partidos com dois vereadores dividiriam duas cadeiras, enquanto os partidos com um não teriam direito a participar.

Apesar das dúvidas em relação à divisão das cadeiras da CPI, cinco partidos já indicaram oficialmente nome de vereadores para integrar a comissão. O DEM indicou Denílson Pires. O PDT propôs Tito Zeglin. Os outros indicados foram Algaci Túlio (PMDB), Zé Maria (PPS) e Dirceu Moreira (PSL). PP e PSB já fecharam seus nomes, Juliano Borghetti e Zezinho do Sabará, respectivamente, e devem formalizar a indicação na segunda-feira. O PV aguarda reunião com lideranças partidárias para oficializar sua indicação, mas o nome deve ser Paulo Salamuni. PT e PSDB ainda aguardam reunião de bancada. Já os partidos com apenas um vereador não devem indicar ninguém além de Dirceu Moreira.

Licença

A jornalista Cláudia Queiroz Guedes, mulher de Derosso, pediu afastamento do cargo que exercia na TV E-Paraná, antiga TV Educativa, para tratamento de saúde. Cláudia deve ser convidada a depor no Conselho de Ética da Câmara a respeito das acusações de irregularidades nos contratos de publicidade da Casa.

Colaborou Euclides Lucas Garcia.

GAZETA DO POVO

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONSELHO DE ÉTICA

CONTINUAÇÃO

26 AGO 2011

Vereadoras de oposição são denunciadas

O corregedor da Câmara de Curitiba, Roberto Hinja (PDT), protocolou oficialmente ontem denúncias contra as vereadoras Renata Bueno (PPS) e Professora Josete (PT) no Conselho de Ética da Casa. As duas vereadoras têm se notabilizado pela oposição ao presidente da Câmara, João Cláudio Derosso (PSDB).

Josete foi denunciada por ter utilizado de forma irregular sua cota de fotocópias na Câmara ao imprimir folhetos que atacariam Derosso. Já Renata é acusada de nepotismo cruzado. Seu tio, Leonesto Emílio Eitelwein, está empregado no gabinete do vereador Zé Maria (PPS).

Renata confirma que Eitelwein é funcionário de Zé Maria, mas alega que a contratação foi feita antes de ela se tornar vereadora. Já Josete diz que os folhetos apenas divulgavam o que ocorria dentro da Casa – o que estaria dentro das suas atribuições de vereadora.

Afastamento

Renata entrou ontem na Justiça com um pedido de liminar requisitando que o afastamento de Derosso da presidência da Casa seja votado no plenário da Câmara. É o mesmo pedido que ela havia feito à Casa e que foi derrubado. “Queremos mostrar também que

eles usaram de ferramentas que deveriam ser públicas [a procuradoria jurídica] para desvirtuar o nosso pedido”, disse Renata.

A vereadora entrou com dois pedidos na Mesa Executiva, em 3 de agosto, que requisitavam o afastamento de Derosso e a instalação de uma Comissão Processante contra ele. Por indicação da procuradoria jurídica da Casa, o pedido não foi levado ao plenário, mas remetido ao Conselho de Ética. Renata entrou com um recurso, que foi negado pela Comissão de Legislação e Justiça (CLJ) e, depois, novamente negado pelo próprio plenário. (CM)

“Queremos mostrar que eles usaram de ferramentas que deveriam ser públicas [a procuradoria jurídica da Câmara] para desvirtuar o nosso pedido [de afastamento de Derosso].”



Renata Bueno (PPS), vereadora que entrou na Justiça pedindo que o afastamento do presidente da Câmara seja votado no plenário da Casa.

Caso Derosso

COLUNA DO LEITOR

Derosso tenta explicar o inexplicável e, quanto mais insiste, mais parece se atolar no lamaçal que ajudou a criar. Dizer que as denúncias são fruto de seus adversários políticos, que se devem a apoios que manifestou, que muitos da “casa de leis” municipal se beneficiaram, que se utilizou de leis municipais e que não tinha relacionamento íntimo com sua atual esposa à época das falcatruas (embora fosse ela funcionária da casa que ele preside), é — no mínimo — uma aposta equivocada na ignorância do paranaense.

José Carlos Pierri, administrador

GAZETA DO POVO

RAINER ZIELASKO

Mudanças do aviso prévio pede sensatez e razoabilidade 26 AGO 2011

Quando se trata da relação empregador e empregado todo cuidado é pouco. Com as mudanças do aviso prévio não deveria ser diferente. O artigo 7.º da Carta Maior prevê o direito fundamental ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço. As entidades representantes da classe empresarial não se opõem à regulamentação, no entanto, reivindicamos sensatez e razoabilidade nas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF).

Enquanto instituição representativa do setor comercial e empresarial do Paraná, somos favoráveis ao mesmo posicionamento da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Os critérios sugeridos e considerados razoáveis de proporcionalidade são os seguintes: para funcionários com até 10 anos de serviço, 30 dias de aviso prévio; para funcionários com 10 a 15 anos de serviço, 45 dias de aviso prévio; para funcionários com mais de 15 anos de serviço, 60 dias de aviso prévio.

São critérios que devem ser cuidadosamente analisados porque o papel do aviso prévio não é indenizar o tempo de serviço do funcionário. Essa atribuição já é cumprida legalmente pela multa de 40% sobre os depósitos de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), no caso de demissão sem justa causa.

Debater tais critérios a exaustão é uma necessidade, já que se trata de um assunto de interesse nacional e que atinge diretamente nossas 290 associações comerciais filiadas no Paraná que conta com mais de 50 mil empresas no estado. Se tais decisões não forem devidamente debatidas, poderão prejudicar o setor produtivo e comercial do país, já bastante enfraquecido com a legislação e a economia brasileira.

Rainer Zielasko, presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná (Faciap).

26 AGO 2011

JORNAL DO ESTADO

Precatórios

Atendendo a recurso do governo do Estado, o Tribunal de Justiça (TJ) cassou liminares obtidas por três empresas que, embora devedoras e usando precatórios como garantia da dívida, obtiveram certidões negativas. Segundo o governo, a Justiça pôs fim a mais uma brecha usada por empresas para garantir o uso de precatórios no pagamento de impostos, o que é proibido desde dezembro de 2009.

Lesão

Com base nessas liminares e certidões, empresas inadimplentes perante o Fisco estadual podiam até participar de licitações ou tomar empréstimos – o que é proibido por lei. O TJ entendeu que as liminares estavam causando “grave lesão à ordem porque postergam o pagamento de obrigações fiscais e adiam a regularização de débitos tributários”. A decisão do TJ frisa ainda que o simples recurso do Estado para derrubar as liminares concedidas por juízes da Fazenda Pública se revelava ineficaz, já que, mesmo quando os recursos eram acatados, as certidões, com validade de 60 dias, já teriam produzido os efeitos legais.

26 AGO 2011

Afastamento (I) JORNAL DO ESTADO

A vereadora Renata Bueno (PPS) entrou ontem com um mandado de segurança na Justiça pedindo o afastamento preventivo do vereador João Cláudio Derosso (PSDB) da presidência da Câmara Municipal de Curitiba. A ação também tenta obrigar o primeiro vice-presidente, vereador Sabino Picolo, a submeter ao plenário o pedido de instalação de comissão processante para julgar o presidente por infração político-administrativa. Renata entende que Derosso cometeu um delito já comprovado, ao realizar a licitação das agências de propaganda em desacordo com a Lei de Licitações, devendo ser julgado por esse caso específico, sem prejuízo de continuar a ser investigado por outras irregularidades pelo Conselho de Ética e pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Afastamento (II)

A atual esposa de Derosso, Cláudia Queiroz, pediu afastamento de suas funções na TV E-Paraná, que pertence ao governo do Estado. Ela teria pedido demissão após ser comunicada que terá que depor no Conselho de Ética para explicar como participou da licitação para publicidade da Câmara se ainda era funcionária da Casa. O Conselho aprovou sua convocação na quarta-feira, quando também decidiu ouvir a comissão de licitação que acompanhou a contratação das empresas e os servidores municipais que respondiam pela direção de Administração e Finanças da Câmara Municipal, na época do contrato e atualmente.

Para o Conselho de Ética

O corregedor da Câmara Municipal de Curitiba, vereador Roberto Hinça (PDT), remeteu, ontem, duas representações ao Conselho de Ética. Após sindicância interna, consultas ao Departamento Jurídico e levantamentos preliminares, o parlamentar considerou que as queixas contra as vereadoras Renata Bueno (PPS) e Professora Josete (PT) deveriam ser analisadas pelo colegiado. A primeira representação trata de uma contratação de parente de Bueno por outro gabinete, anterior à posse da parlamentar na Casa. “Ela poderia ter comunicado essa particularidade ao administrativo no ato da posse, para resguardar-se. No caso dela e da Josete, estou cumprindo com as atribuições da Corregedoria”, explica Hinça. Ambos os procedimentos serão analisados pelo presidente do Conselho de Ética, vereador Francisco Garcez (PSDB). Nova reunião do conselho foi agendada para hoje, às 10h30.

Plantão no TRE

A Central de Atendimento ao Eleitor de Curitiba (Rua João Parolin, nº 55, Prado Velho) funcionará neste sábado e também neste domingo, das 9 às 18 horas. Todo o eleitorado de Curitiba deverá ser recadastrado pelo sistema biométrico, que identifica o eleitor através das impressões digitais. O comparecimento é obrigatório. O eleitor que não comparecer terá o título cancelado. A maneira mais prática para o eleitor é agendar o atendimento através do site do TRE do Paraná, no endereço: www.tre-pr.jus.br.

26 AGO 2011

JORNAL DO ESTADO

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) - constituído pelo Ministério Público do Paraná e pelas polícias Civil e Militar - prendeu em flagrante, agora há pouco, por volta das 16h, desta quinta-feira, 25 de agosto, o vereador de Colombo Joaquim Gonçalves de Oliveira (PTB), conhecido por "Oliveira da Ambulância".

De acordo com denúncias apresentadas ao GAECO, Oliveira da Ambulância se apropriava de parte dos salários de três dos seus assessores. Cada assessor deveria receber cerca de R\$ 3.900,00 por mês. No entanto, o vereador exigia que eles retirassem o pagamento do banco, entregassem o valor integral a ele, que por sua vez, repassava menos de um terço do valor aos funcionários. O vereador foi flagrado na câmara de vereadores de Colombo, no momento em que os funcionários entregavam a ele o dinheiro do pagamento.

"O vereador estaria se apropriando de cerca de nove mil reais por mês. Esse é um método comum, utilizado por agentes corruptos para desviar dinheiro público", afirma Leonir Batisti, procurador de Justiça e coordenado do GAECO.

Não é a primeira vez que Oliveira tem problemas com a polícia. Em 2007, ele foi preso acusado de espancar e manter acorrentado um enteado então com 9 anos de idade. Solto graças a uma liminar, ele foi novamente detido um mês depois, por decisão da Justiça. Na ocasião, foi apontado que o vereador teria ameaçado testemunhas do caso. Em sua defesa, Oliveira alegou que as acusações seriam motivadas por perseguição política.

CORRUPÇÃO

Vereador de Colombo é preso em flagrante

NO BOLSO

R\$ 9 MIL

mensais, é quanto o vereador estaria se apropriando do salário de assessores.

TRIBUNA DO PARANÁ

Processo 26 AGO 2011

Renata Bueno tenta afastar Derosso do comando da Câmara.
Esposa de vereador sai da E-Paraná (TV Educativa)

Na Justiça



Cláudia: motivo de saúde.

Enquanto a oposição na Câmara de Curitiba ainda hesita em apresentar o pedido de afastamento do presidente da Casa, João Cláudio Derosso (PSDB), no plenário, a vereadora Renata Bueno (PPS), que já teve derrubado pedido semelhante (anexado ao requerimento de abertura de comissão processante), procurou a Justiça. A parlamentar tenta tirar Derosso do comando da Casa. Renata entrou, ontem com mandado de segurança pedindo o afastamento.

No documento, a vereadora também volta a pedir a instalação de comissão processante para julgar o presidente por infração político-administrativa. Renata entende que Derosso cometeu delito já comprovado, ao realizar a licitação das agências de propaganda em desacordo com a Lei de Licitações, devendo ser julgado por esse caso específico, sem prejuízo de continuar a ser investigado por outras irregularidades, tanto por meio do Conselho de Ética quanto da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Afastada

A jornalista e esposa de Derosso, Cláudia Queiroz Guedes, pediu afastamento da E-Paraná (TV Educativa) na tarde de quarta-feira. Ela trabalhava na emissora desde fevereiro, na apresentação do programa "É manhã", de segunda a sexta-feira. Segundo informações da Rádio CBN, ela teria alegado motivo de saúde para pedir o afastamento.

Coincidentemente, também na tarde de quarta-feira, foi aprovado o requerimento no Conselho de Ética da Câmara convocando Cláudia para depor sobre denúncias de irregularidades em contratos de publicidade da empresa dela com a Câmara de Curitiba. O requerimento foi apresentado pela vereadora Professora Josete (PT).

Derosso já prestou depoimento na terça-feira e é investigado por ter autorizado contrato de publicidade da Câmara para a empresa Oficina da Notícia, de assessoria de imprensa da esposa. O valor previsto do contrato, de 2006 e 2011, foi de R\$ 30 milhões, dividido entre a empresa da esposa do vereador e outra empresa de publicidade.

Vereador pegava parte do pagamento de assessores. Valor chega a R\$ 9 mil por mês

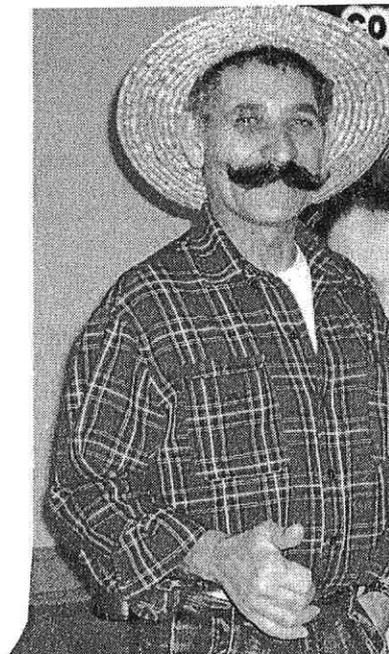
Preso em flagrante

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, constituído pelo Ministério Público do Paraná e polícias Civil e Militar, prendeu em flagrante, na tarde de ontem, o vereador de Colombo Joaquim Gonçalves de Oliveira (PTB), conhecido por "Oliveira da Ambulância".

De acordo com denúncias apresentadas ao Gaeco, "Oliveira da Ambulância" se apropriava de parte dos salários de três dos seus assessores. Cada assessor deveria receber cerca de R\$ 3.900,00 por mês. No entanto, o parlamentar exigia que retirassem o pagamento do banco, entregassem o valor integral, que por sua vez, repassava menos de um terço do valor aos funcionários. O vereador foi flagrado na Câmara de Colombo, no momento em que os funcionários entregavam o dinheiro do pagamento.

Corrupção

"O vereador estaria se apropriando de cerca de R\$ 9 mil por mês. Esse é um método comum, utilizado por agentes corruptos para desviar dinheiro público", afirma Leonir Batisti, procurador de Justiça e coordenador do Gaeco.



Oliveira: desvio.

26 AGO 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

Precatório

Atendendo a recurso do Estado, o Tribunal de Justiça cassou liminares obtidas por três empresas que, embora devedoras, obtiveram certidões negativas de débito por usarem precatórios como garantia. Com isso, as empresas, devedoras de impostos voltam a fazer parte do cadastro de inadimplentes, ficando proibidas de participar de licitações e tomar empréstimos.

Secretário deve ser exonerado

A Justiça de Ponta Grossa determinou, em decisão liminar, a exoneração do secretário municipal da Saúde, Winston Antônio Bastos por não cumprir a regra de dedicação exclusiva. Além de secretário, Bastos atua como médico, gerente administrativo e cirurgia do Hospital Santa Casa de Misericórdia; tem cargo celetista no Centro de Excelência em Assistência à Saúde; e ainda é auditor remunerado do SAS Sistema de Assistência à Saúde. O médico também atende em consultório próprio, localizado numa clínica de medicina e cirurgia.

A legislação estabelece que cargos e funções de chefia, direção e assessoramento, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) só podem ser exercidos em regime de tempo integral. É o que diz o artigo 28 da lei 8080, de 1990, a chamada Lei Orgânica da Saúde.

26 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

A fantasia do teto

Chamada mais uma vez a preencher uma lacuna legal aberta pelo Congresso, a Justiça se manifestou, em segunda instância, favorável ao pleito de uma fatia de funcionários do Senado que recebe salários superiores ao limite determinado pela Constituição.

Em detrimento dos interesses do contribuinte, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região autorizou o pagamento a esses servidores de vencimentos que, ao somarem salário, gratificações e comissões, superam os R\$ 26,7 mil hoje pagos aos ministros do Supremo Tribunal Federal. Segundo a Carta de 1988, esse deveria ser o valor máximo de remuneração para o funcionalismo público no país.

Embora o objetivo da norma constitucional seja claro, há mais de duas décadas funcionários do Executivo, do Legislativo e do Judiciário têm se valido de manobras para driblar o limite salarial determinado pela lei máxima.

Na falta de regulação específica, cada um dos Poderes interpreta a seu modo quais proventos, comissões e gratificações devem ou não ser considerados parte do salário de seus funcionários. Estima-se que essa contabilidade criativa contribua para que cerca de 700 funcionários recebam mais do que o teto só no Senado. No conjunto do Legislativo federal, com sua impressionante folha de 25 mil servidores ativos, há bem mais agraciados com supersalários.

Como a transparência não é regra nas duas Casas, até hoje não se fez uma radiografia completa dos padrões salariais ali vigentes. Há muito a esconder, decerto.

Tal prática foi, afinal, questionada na Justiça, neste ano, pelo Ministério Público. Em decisão de primeira instância, liminar chegou a suspender o pagamento dos supersalários no governo e no Congresso. É espantoso que a própria Mesa Diretora do Senado tenha recorrido contra essa determinação, buscando garantir na Justiça o “direito” de continuar a desrespeitar preceito constitucional.

Ainda que o Ministério Público recorra da decisão, como vai acontecer, não se deveria esperar da Justiça a palavra definitiva sobre proventos abusivos. Compete ao próprio Congresso regular, afinal, o artigo 37 da Constituição, que criou o limite de vencimentos para o funcionalismo público.

Um projeto de lei que especifica quais proventos devem ou não ser incluídos no cálculo do teto salarial foi proposto no início deste ano pela então senadora e atual ministra-chefe da Casa Civil da Presidência, Gleisi Hoffmann.

Em vez de insistir em atalhos jurídicos para defender o privilégio de uma minoria, é dever do Congresso atender aos interesses da maioria dos eleitores, regular o mais depressa possível o teto e impor ordem às contas públicas.

26 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

Divisão que multiplica

Partição do Pará, a ser votada em plebiscito em dezembro, traria mais custos ao país e não resolveria problemas das regiões distantes de Belém

O plebiscito sobre a partição do Pará em três se avizinha. O Supremo Tribunal Federal acaba de decidir que vão opinar na consulta, em 11 de dezembro, todos os eleitores do Estado, não só os das regiões que desejam emancipar-se.

Os movimentos separatistas parecem manter o fôlego, impulsionados por cálculos coronelistas de políticos locais e descontentamentos legítimos de parte da população, que se sente abandonada pelo poder central, em Belém.

Continuam firmes, entretanto, os argumentos contrários à criação dos novos Estados —Carajás, Tapajós e o que restaria do Pará.

O primeiro critério para a emancipação deveria ser a independência financeira. Estudo do Ipea já demonstrou que as duas novas unidades nasceriam com deficit de cerca de R\$ 1 bilhão ao ano cada uma —é uma divisão que multiplica, portanto, a dependência do governo federal, que teria de cobrir o rombo. Os repasses da União já perfazem um terço do Orçamento do Pará como é hoje.

Teriam de ser criados do zero novos Executivos, Legislativos e Judiciários estaduais. Mais gastos, sem nenhuma garantia de que se-

riam eficientes em uma região onde a presença do poder público sempre foi problemática. É mais racional aproveitar o debate suscitado pelo plebiscito para discutir a melhoria da estrutura existente.

A divisão “ad infinitum” não resolve problemas administrativos, como mostrou a proliferação desenfreada de municípios após a Constituição de 1988. Foram criados mais de mil, até que o Congresso impôs limites, em 1996.

O surgimento de Estados aumentaria, ainda, o desequilíbrio de representação no Congresso Nacional. A bancada na Câmara do que é hoje o Pará subiria dos atuais 17 para ao menos 24 deputados (mínimo de oito por Estado, como determina a Constituição).

No Senado, a região Norte, a segunda menos populosa, ganharia seis novos representantes (três para cada Estado). Passaria a ter o mesmo peso do Nordeste, a segunda com maior população.

Mesmo que aprovada pela população paraense, o que é não é possível antever dada a ausência de pesquisas de opinião confiáveis, a divisão do Pará ainda assim precisaria ser cancelada pelo Congresso Nacional.

O ideal é que os eleitores do Pará reconheçam a impropriedade da divisão de seu Estado. Do contrário, a iniciativa precisa ser barrada pelo Congresso —que, ao aprovar a realização do plebiscito, deu a largada nesse despropósito.

26 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

Uma oportunidade de mudança

TERESA CRISTINA BRACHER e NELSON ASCHER

Gabriella Guerrero Pereira atropelou, em 23 de julho, Vitor Gurman, que morreu cinco dias depois. Mas de uma entrevista sua, que poderia ser usada em cursos de direito, depreende-se que ela é que foi a vítima: do namorado, que bebeu demais, do carro, que, robusto, tem direção mole, do azar, pois Vitor passava por ali... Tão vítima do acaso quanto Vitor, ela estava “destruída” (embora não a ponto de aceitar qualquer culpa) e gostaria de “pegar o sofrimento (...) para carregar só comigo”.

Econômica na responsabilidade, ela esbanja compaixão e dá a entender que, mesmo sem ser culpada pela destruição real, não figurada, de uma vida jovem, já foi punida por sua própria dor.

Em 5 de agosto, ela foi indiciada sob suspeita de homicídio com dolo eventual, e seu pai, Sergio Pereira, declarou: “Foi uma mera fatalidade, das que acontecem uma em mil”. Além do desrespeito implícito no “mera”, vê-se aqui a mesma mentalidade em operação: a violência no trânsito seria um fenômeno natural, como terremotos e tsunamis. Assim, numa cidade com taxas absurdas de mortes provocadas por motoristas irresponsáveis, o fator humano se evapora.

Ainda é normal, no Brasil, encarar como “mera fatalidade” o que

A impunidade de atropeladores é uma barbaridade nacional que banaliza mortes cruéis e evitáveis: há culpados por tais crimes cumprindo pena hoje?

em outros lugares é crime gravíssimo e, caso se conclua que Vitor Gurman foi vítima de um, é assim que isso deveria ser tratado, pois onde há crime deve haver punição.

Esse truísmo choca-se, porém, com uma cultura da cordialidade, irreverência e mais afeita ao perdão do que ao respeito às leis, uma cultura de coitadinhos vivos e de mortos à espera de justiça.

A impunidade dos atropeladores é uma barbaridade nacional que banaliza mortes cruéis e evitáveis. Quantos culpados de tais crimes estão cumprindo pena hoje no Brasil? Há algum? Na Europa e nos Estados Unidos, pedestres, gente de skate, ciclistas etc. são respeitados. Lá, há punição, e o que quase não há é violência no trânsito.

Punição exemplar não traz ninguém de volta, mas é decisiva para que outros não morram tão gratuitamente. Segundo a sabedoria talmúdica, quem desculpa os culpados ultraja suas vítimas.

Punição, porém, é o último re-

curso e, para que se torne cada vez menos necessária, cabe incentivarmos e participarmos cada vez mais de campanhas de conscientização e de uma educação que, voltada para deveres, não só para direitos, enfatize as responsabilidades para com a comunidade.

Com esse intuito, os amigos do Vitor organizaram, na noite de 30 de julho, uma comovente caminhada silenciosa pelas ruas da Vila Madalena. Desde então, o grupo tem promovido manifestações públicas com a chamada “Viva Vitão: não espere perder um amigo para mudar sua atitude no trânsito”.

Vamos ouvi-los. A violência de nosso trânsito mata mais gente do que muitos conflitos que merecem manchetes. Não estamos em guerra: queremos andar e passear a pé, de bicicleta etc. por nossas ruas sem correr risco de vida. O caminho rumo à mudança é longo e tem duas vias: educação para a responsabilidade e punição justa.

Visite estes links: twitter.com/vivavitao; www.vimeo.com/27276135; facebook.com/vivavitao.

TERESA CRISTINA BRACHER é psicóloga e vice-presidente da ACTC (Associação de Assistência à Criança e ao Adolescente Cardíacos e aos Transplantados do Coração).
NELSON ASCHER é poeta, tradutor e ensaísta.

26 AGO 2011
FOLHA DE S. PAULO
**Com liminar,
prefeito de
Campinas
fica no cargo**

**Petista afastado da prefeitura pela Câmara
consegue reverter decisão na Justiça**

Presidente da Câmara quase foi empossado como o terceiro prefeito em um mês na cidade, que vive crise política

Com mais uma reviravolta na Prefeitura de Campinas (93 km de São Paulo), a cidade viveu ontem outro capítulo de sua crise política.

Após o presidente da Câmara Municipal, Pedro Serafim (PDT), ser quase empossado como o terceiro prefeito da cidade em menos de uma semana, a Justiça manteve Demétrio Vilagra (PT), que tomou posse como prefeito há apenas três dias.

O vaivém no cargo começou sábado, com o impeachment de Hélio de Oliveira Santos, o Dr. Hélio (PDT).

A principal acusação contra ele era a suposta omissão em um esquema de corrupção. O Ministério Público denunciou a mulher dele, Rosely Santos, sob acusação de chefiar o esquema. O casal nega as acusações.

O vice Vilagra tomou posse na terça-feira. Mas ele já havia sido denunciado pela Promotoria sob acusação de envolvimento no mesmo esquema. Ele também nega.

Anteontem, a Câmara abriu uma comissão para apurar ações de Vilagra, o que pode levar à sua cassação. Os vereadores decidiram ainda afastar temporariamente o petista até a conclusão das investigações, o que deve demorar 90 dias.

Em seu lugar, tomaria posse hoje o presidente da Câmara, Pedro Serafim.

Ontem à tarde, Serafim chegou a anunciar, em entrevista à **Folha**, suas primeiras ações como prefeito.

“Os [funcionários comissionados] que forem prescindíveis, infelizmente nós não vamos continuar acolhendo. Os funcionários de carreira têm que ser valorizados e ocupar cargos de confiança”, afirmou Serafim à tarde.

Ele prometeu até trocar secretários: “Há necessidade de mudar todos, mas pode ser que um ou outro seja por bem permanecer”. A posse de Serafim já estava até marcada para a manhã de hoje.

Menos de uma hora após a entrevista, o juiz Mauro Fukumoto, da 1ª Vara de Fazenda Pública de Campinas,

deu liminar a favor de Vilagra suspendendo a comissão processante e o afastamento aprovados pelos vereadores.

O juiz acolheu o argumento da defesa do petista de que somente pode ser instaurada comissão para apurar infrações praticadas no exercício do cargo do prefeito.

Vilagra era vice-prefeito de Dr. Hélio na época das supostas irregularidades das quais está sendo acusado.

Em entrevista à **Folha** em seu gabinete na noite de ontem, Vilagra disse considerar o caso “página virada”. Ele disse querer fazer um aceno ao Legislativo para um trabalho “juntos por Campinas”.

Após a decisão judicial, o presidente da Câmara disse que a Casa vai recorrer ao juiz para manter o afastamento de Vilagra e a comissão.

26 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

Juíza assassinada no Rio foi seguida por seus matadores

DO RIO - A juíza Patrícia Acio-
li foi seguida por seus assassi-
nos da saída de seu trabalho,
no Fórum de São Gonçalo, até
a sua casa, quando foi morta
com 21 tiros no último dia 11.

A informação foi divulgada
ontem pelo jornal "O Dia".

Policiais refizeram o traje-
to da juíza com o auxílio de
imagens de câmeras de segu-
rança. As imagens mostravam
que os assassinos estavam em
uma moto preta e usavam ca-
pacetes e jaquetas. As investi-
gações se concentram na lista
de 91 PMs que são acusados de
crimes na 4ª Vara Criminal de
São Gonçalo.

Farmácia no Amapá é condenada por racismo

Ex-caixa trabalhava à noite porque era negra

Uma rede de farmácias que atua nas regiões Norte e Nordeste foi condenada pela Justiça a pagar R\$ 30 mil de indenização por danos morais a uma ex-funcionária por discriminação racial.

Segundo a vítima, em uma das unidades da rede, em Macapá (AP), a escala de trabalho era feita em função da cor da pele dos funcionários.

No processo, Marianne Guimarães, que é negra, afirma que, em 2010, a gerente a escalou para trabalhar à noite porque ela “combinava com a escuridão”.

No processo, a vítima relata o diálogo: “A (...), como é branquinha, ficará pela manhã. O (...), como ele já é um pouco mais clarinho, ele fica à tarde. E tu [Marianne], como já é mais pretinha, fica na escuridão, à noite, que combina contigo”.

A ex-funcionária trabalhou como operadora de caixa durante nove meses na unidade, até junho deste ano.

A advogada da vítima, Cleide Rocha, diz que a gerente discriminou Marianne em outras oportunidades, na frente de colegas de trabalho, até a caixa pedir demissão.

A advogada diz que um supervisor da matriz da rede, em Belém (PA), foi informado da atitude, mas nada fez.

A rede Extrafarma, proprietária da farmácia onde ocorreu o episódio, tem 128 lojas no Amapá, Pará, Piauí, Maranhão e Ceará.

Procurada, a empresa não ligou de volta. No processo, o advogado da rede disse que a caixa estava insatisfeita por cumprir o turno da noite e criticou o “que se convencionou chamar de politicamente correto”. Segundo o tribunal, a Extrafarma irá recorrer.

FOLHA DE S. PAULO

26 AGO 2011

MÔNICA BERGAMO

MEMÓRIA MILITAR

A Marinha terá que responder na Justiça à acusação de levar um cadete à morte em 2010, por exaustão. Adonais Santos da Costa Junior, 19, participava de treinamento no Centro de Instrução Almirante Milcíades Portela Alves (Ciampa), no Rio, quando sofreu parada cardiorrespiratória. É o mesmo em que quase 60 militares passaram mal recentemente. Internados, foram diagnosticados com gripe.

MEMÓRIA 2

A família do cadete ingressou ontem com processo, assinado pelo advogado João Tancredo. Pede indenização por dano moral e pensão para a mãe do jovem. A assessoria do Ciampa não foi encontrada para comentar.

PAINEL DO LEITOR

Infância

Indignação é pouco para falar do tratamento dado às crianças encontradas nas ruas da Vila Mariana, em São Paulo. É um verdadeiro teatro do absurdo!

As crianças passam por três delegacias, pelo Conselho Tutelar (!) e são deixadas nas ruas porque não foram identificadas, não falam os nomes dos pais e dizem não ter 12 anos! Que interpretação do ECA é essa? O ECA deixa abandonar as crianças na rua? Esse fato demonstrou claramente como o Estado não sabe o que fazer com suas crianças. Não sabe cuidar, só prender.

ÂNGELA MOGADOIRO (São Paulo, SP)

FOLHA DE S. PAULO

Cacciola deixa presídio no Rio aos gritos de "ladrão"

Cerca de 48 horas após ter obtido o benefício da liberdade condicional, o ex-banqueiro Salvatore Cacciola, 65, deixou ontem o complexo penitenciário de Bangu (zona oeste do Rio) às 17h30.

Vestindo calça comprida, camisa branca e óculos escuros, Cacciola deixou o local sem falar com a imprensa, entrou em um carro que o esperava e foi para um condomínio na Barra (zona oeste).

Hostilizado por cerca de 30 pessoas que aguardavam a sua libertação, Cacciola ouviu gritos de "ladrão" e "onde está o meu dinheiro?".

O ex-banqueiro, condenado a 13 anos de prisão, teve a liberdade condicional concedida na terça-feira por decisão da juíza Natascha Maculan Adum Dazzi, da Vara de Execuções Penais.

A decisão contraria entendimento do STF, que no ano passado negou liberdade a Cacciola sob o argumento de que era grande o risco de que ele voltasse a fugir do país.

AJUDA

No início de 1999, durante a má desvalorização do real, o banco Marka, de Cacciola, e o FonteCindam apostaram na estabilidade da moeda e foram socorridos pelo Banco Central, numa operação de R\$ 1,6 bilhão.

Depois foram liquidados e clientes que tinham aplicações ficaram no prejuízo.

Em 2000, Cacciola teve a prisão decretada, mas obteve habeas corpus do então presidente do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mello, e fugiu para a Itália, país do qual possui cidadania.

Em 2005, foi condenado por peculato e gestão fraudulenta. Foi preso pela Interpol em 2007, e extraditado em 2008. Neste ano teve a pena reduzida a nove anos, por ter mais de 60 anos e não ter cometido crime hediondo.

26 AGO 2011

26 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO Apagão só pode durar até 4 horas, diz Justiça

A partir daí, multa será de R\$ 500 mil para cada hora em que população ficar no escuro

Quando ocorrer um apagão em São Paulo, a AES Eletropaulo terá de restabelecer o fornecimento de energia em, no máximo, quatro horas. Caso contrário, pagará multa de R\$ 500 mil para cada hora a mais em que o consumidor ficar no escuro.

Essa é a determinação anunciada ontem pelo desembargador do Tribunal de Justiça (TJ-SP) Nogueira Diefenthaler, da 5.^a Câmara de Direito Público. Ele julgou o recurso da ação civil contra a concessionária distribuidora de energia apresentada pela Secretaria da Fazenda de São Paulo e pela Fundação Procon. De acordo com o TJ-SP, a empresa ganhou a causa na primeira instância.

Na decisão, o desembargador Diefenthaler afirma ser "incivil supor que empresa do porte da Eletropaulo não tenha meios técnicos para recompor a prestação de energia neste prazo, ao menos, é claro, em casos de catástrofes de grande magnitude". Segundo a decisão, não são consideradas catástrofes tempestades ou vendavais intensos.

O objetivo da ação é impedir que consumidores sejam lesados com a demora no restabelecimento do serviço "no verão que se aproxima". Em junho, vários bairros da capital ficaram sem energia por até 48 horas, após ble-

caute causado por um vendaval.

Além da multa, a liminar obriga a companhia de energia a incluir na fatura seguinte ao apagão um desconto nas contas dos consumidores no montante de 2% de seu valor e ressarcir os usuários pelos danos causados aos aparelhos elétricos, desde que devidamente comprovados. A Eletropaulo ainda pode recorrer da decisão no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Multa milionária. Outra ação contra a Eletropaulo foi apresentada à Justiça na segunda-feira, passada pela Defensoria Pública do Estado. Nela, o órgão pede aplicação de uma multa de R\$ 10 milhões. O valor seria uma indenização por dano moral coletivo equivalente aos últimos apagões de março e junho. O dinheiro seria destinado a um fundo especial para uso em campanhas de conscientização sobre Direitos do Consumidor.

Segundo o coordenador do Núcleo de Defesa do Consumidor da Defensoria Pública, Horácio Xavier Franco, a ação também pede que a Justiça obrigue a Eletropaulo a pagar os prejuízos causados nos apagões que forem comprovados pelos consumidores. O defensor público disse ainda que, nos últimos cinco anos, a Eletropaulo recebeu multas do Procon no total de R\$ 18,5 milhões. "E até agora só pagaram:

R\$ 3,5 milhões, o que demonstra que as punições não foram suficientes para que a empresa mude de postura", afirma. A ação foi encaminhada para a 30.^a Vara Cível da Capital e aguarda posicionamento do juiz.

AES. Por meio de nota, a Eletropaulo declarou que ainda não foi notificada – nem sobre a sentença da Justiça com relação ao prazo para restabelecimento da energia em casos de apagão nem sobre a ação da Defensoria Pública.

Na esfera administrativa, a empresa também tem sido multada por causa de falhas no serviço. No mês passado, em menos de 12 dias, a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arseps) aplicou duas multas no valor total de R\$ 31,6 milhões. A Eletropaulo recorreu e o caso está sob avaliação no conselho da agência.

CONTINUA

26 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

COMO RECLAMAR

- **Prazo**

Para pedir ressarcimento de prejuízos causados por apagão, como queima de aparelhos, o consumidor deve entrar em contato com a distribuidora de energia em, no máximo, 90 dias.

- **Dados**

Saber o dia, o mês e a hora em que ocorreu a queima (que, provavelmente, deve ser na mesma data da falta de luz) são essenciais para o registro na empresa.

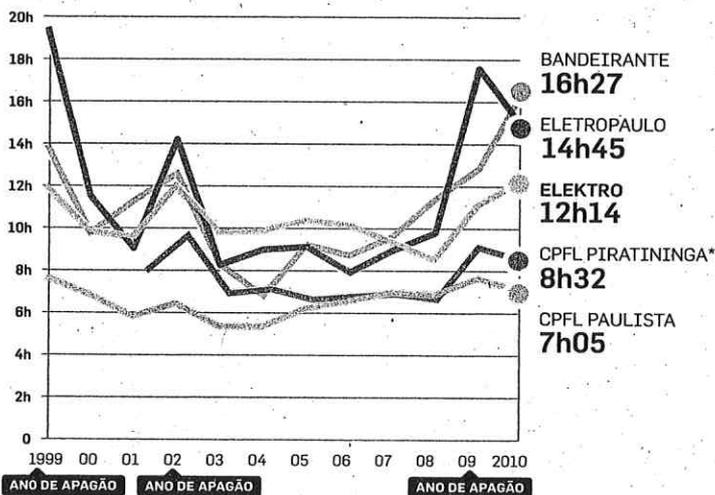
- **Resposta**

A distribuidora tem 10 dias para avaliar a situação e mais 15 para responder. Se detectado que o aparelho queimou por oscilação ou falta de luz, o ressarcimento pode demorar mais 20 dias.

SÃO PAULO NO ESCURO

Duração das interrupções

Indica o número de horas em média que um consumidor fica sem energia elétrica durante um período – no caso, anual. No gráfico, o índice foi convertido para horas e minutos



*Dados da CPFL Piratininga disponíveis só a partir de 2001

Áreas de abrangência

Residências, comércios ou indústrias

ELEKTRO
2,1 milhões
de consumidores

CPFL PAULISTA
3,6 milhões
de consumidores



26 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

STF tira Barbosa da relatoria de dois recursos

Em licença médica para recuperação de uma cirurgia no quadril, o ministro Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal (STF), perdeu a relatoria de recursos movidos pelos políticos Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Jader Barbalho (PMDB-PA), barrados na eleição de 2010 com base na Lei da Ficha Limpa. Eles baseiam-se numa decisão tomada pelo STF em março segundo a qual a regra da Ficha Limpa não valeu na eleição do ano passado.

Diante da ausência de Barbosa e da urgência do caso, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso, atendeu a um apelo do advogado dos dois políticos, José Eduardo Alckmin, e decidiu redistribuir os processos para Ricardo Lewandowski.

Durante os últimos anos, Joaquim Barbosa contabiliza uma série de pedidos de licença médica motivados por problemas na coluna e no quadril. Só nos últimos dois anos, ele já ficou 138 dias afastado do tribunal por problemas de saúde. A expectativa é de que ele volte ao Supremo no próximo dia 31.

Para convencer Peluso a redistribuir o processo, Alckmin alegou que a nova licença de Barbosa faria com o pedido de seus clientes somente fosse julgado em setembro, o que consumiria mais dias dos mandatos no Senado. Em seu despacho, Cezar Peluso afirmou que era "caso de substituição do relator".

26 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Novo prefeito de Campinas obtém liminar para se manter no cargo

Decisão da Justiça também susta abertura de Comissão Processante na Câmara Municipal contra Demétrio Vilagra

Tatiana Fávaro / CAMPINAS

O prefeito de Campinas, Demétrio Vilagra (PT), conseguiu ontem, na 1.^a Vara da Fazenda Pública do município, uma liminar que o mantém no cargo e suspende a abertura de uma Comissão Processante (CP) para apurar supostas infrações político-administrativas cometidas por ele. O presidente da Câmara, Pedro Serafim Junior, do PDT, já avisou que vai recorrer da decisão.

Tanto o afastamento quanto a CP foram aprovados na quarta-feira, na Câmara Municipal, por 29 votos a 4. Vilagra havia tomado posse no dia anterior, em substituição ao prefeito Hélio de Oliveira Santos (PDT), cassado na madrugada de sábado.

Em nota divulgada após a liminar, o prefeito afirma que “prevaleceram a Justiça e o estado de direito”. Em entrevista coletiva antes da decisão do juiz Mauro Fukomoto, Vilagra disse que, apesar de respeitar a Câmara, não abrirá mão de seus direitos. Embora tenha feito um apelo ao secretariado pela continuidade dos trabalhos da administração, o prefeito acatou o pedido de demissão do secretário de Meio Ambiente, Paulo Sérgio Oliveira, por motivos pessoais e em ca-

ráter irrevogável. Vilagra disse, porém, que “Campinas não parou nem vai parar”.

Segundo o presidente da Câmara, o afastamento do prefeito é uma medida temporária e a Justiça tem apenas a versão da defesa. Ele acredita que ela acabará reconhecendo a legitimidade da decisão da Câmara após a apresentação dos seus argumentos. “A Câmara fez o que tinha de fazer, assumiu sua parte. Agora, o problema está com a Justiça.”

Alegação. Ao pedir o mandado de segurança, o advogado do prefeito, Hélio Silveira, sustentou que a CP era ilegal e o pedido de afastamento, inconstitucional. Baseado no Decreto-Lei 201, o processo aberto pela Câmara prevê apuração de crimes de responsabilidade do prefeito.

O Legislativo havia aprovado a investigação de suposto envol-

vimento de Vilagra em esquema de corrupção na Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento (Sanasa) e na Central de Abastecimento de Campinas (Ceasa). Por isso, foi acusado formalmente pelo Ministério Público pelos crimes de formação de quadrilha, desvio de recursos públicos e fraude em licitações.

“A Comissão Processante não tem qualquer sentido. Todas as representações se referem a episódios anteriores à posse de Demétrio Vilagra como prefeito”, argumentou o advogado do prefeito. “O afastamento, respeitadas todas as opiniões divergentes de juristas, não tem previsão no Decreto-Lei 201 nem na Lei Orgânica do Município. E o Tribunal de Justiça considerou esse dispositivo inconstitucional.”

Reação de eleitores vai da revolta ou descaso à decepção

● A “dança das cadeiras”, um dos apelidos que recebeu a crise política em Campinas, tem despertado, entre os campineiros, reações que oscilam da revolta à decepção ou ao puro descaso. Na votação da saída do Dr. Hélio, na quinta-feira passada, havia gente acampada na frente da Câ-

mara, e anteontem petistas reunidos pela manutenção do novo prefeito – mas, ainda assim, o processo de cassação de Hélio de Oliveira Santos já permitia ver um pouco dessa volatilidade. “Sai um e entra outro pior, cada vez pior”, reclamou o garçom Cidiney Domingos, de 32 anos. “No meu trabalho há muita gente olhando tudo isso com descaso. O meu sentimento é de decepção”, completou Soliani Carras Fogaça, de 48 anos. / T.F.

26 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO PSDB vai à PGR por acerto Gleisi-Itaipu

Partido estranha que, ao invés de sair, ministra pediu para ser demitida e levou R\$ 145 mil

O PSDB fará uma representação na Procuradoria-Geral da República pedindo investigação sobre o acordo feito para a saída de Gleisi Hoffmann da diretoria financeira de Itaipu Binacional em 2006. Ela deixou o cargo para disputar uma vaga ao Senado, mas não foi “exonerada a pedido” e pôde receber, pelo menos, R\$ 145 mil. O diretor da empresa, Jorge Samek, diz ter demitido Gleisi porque ela desejava voltar ao cargo após a campanha.

Reportagem do Estado mostrou que a ministra da Casa Civil fez acordo para ser demitida em vez da “exoneração a pedido”. Com isso, pôde receber a multa de 40% sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), no valor de R\$ 41 mil, além de sacar outros R\$ 104 mil do fundo. A exoneração foi publicada no dia 29 de março no *Diário Oficial*, dois dias antes do prazo para a desincompatibilização. O dinheiro entrou na conta de Gleisi quando ela já era pré-candidata, mas sua assessoria nega que o recurso tenha sido investido para esse fim. A ministra também não quis explicar por que não pediu a exoneração.

O líder do PSDB na Câmara, Duarte Nogueira (SP), disse que o cargo de Gleisi na estatal reforça a suspeita sobre o caso. “Como diretora financeira, ela pagou a si própria. Isso precisa ser investigado.” Além da representação no Ministério Público, os tucanos pedirão a convocação da ministra na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Em entrevista à rádio CBN, o diretor-presidente da Itaipu, Jorge Samek, saiu em defesa de Gleisi. Afirmou ter sido dele a decisão de demiti-la. Segundo Samek, Gleisi queria voltar para Itaipu após a eleição e ele não concordava: “Então eu tomei a decisão: ‘você vai e eu vou exonerar você. Sai, levanta teu fundo de garantia e vai para tua campanha’”.

Já o PPS protocolou pedido de informações à Secretaria de Aviação Civil da Presidência sobre vôos realizados pela aeronave King Air da empreiteira Sanches Tripoloni no período de 1.º de janeiro de 2010 a 31 de julho de 2011. Gleisi e Paulo Bernardo teriam usado esse avião na campanha.

O ESTADO DE S. PAULO

Após 3 anos e 11 meses, Cacciola vai para a rua

26 AGO 2011

Beneficiado pela liberdade condicional, ex-banqueiro ainda tem cinco anos de pena

Trajando calça jeans e camiseta branca, com óculos de sol, semblante fechado e sem querer dar nenhuma palavra à imprensa que o esperava desde as 8 horas da manhã, o ex-banqueiro Salvatore Alberto Cacciola atravessou os portões do Complexo Penitenciário de Bangu, na zona oeste do Rio de Janeiro exatamente às 17h30, depois de cumprir 3 anos e 11 meses de uma pena total de 13 anos.

“Cacciola é o homem!”, gritou um garoto de cerca de oito anos que acompanhava a movimentação da imprensa durante todo o dia, pouco antes de o advogado e o segurança do ex-banqueiro ajudarem a colocá-lo no carro que o levaria para casa.

Com a pena total reduzida a nove anos, será ali que Cacciola vai cumprir mais cinco anos, sendo obrigado a “bater ponto” na Justiça do Rio periodicamente e andar sempre com uma carteirinha de identificação como condenado. Não poderá sair do Rio sem autorização da Justiça e não pode deixar o País. “Mas não precisará usar tornozeleira como os

demais presos em liberdade condicional”, disse seu advogado Manuel Jesus Soares.

Cacciola teve de sair a pé do Complexo Penitenciário de Geri-cinó por causa das exigências burocráticas do presídio. Tão logo foi cercado pelos jornalistas e fotógrafos, ele foi conduzido pelo advogado para um Fiesta Preto, que o levaria para casa. Apesar do tumulto e das promessas dos que acompanharam a espera por sua saída, não houve vaias e até um surpreendente “boa sorte, seu safado” pôde ser ouvido em meio à multidão – formada por moradores próximos e por visitantes dos presos.

O ex-banqueiro, dono do banco Marka, falido no início de 1999, foi condenado por desvio de dinheiro público e gestão fraudulenta de instituição financeira. O Marka faliu com a má desvalorização do real, juntamente com o FonteCindam. Ambos apostaram na estabilidade do real, enquanto as demais instituições financeiras se prepararam para a alta do dólar.

O banco tinha contratos de venda no mercado futuro de US\$ 1,2 bilhão, valor igual a 20 vezes o seu patrimônio, todos

apostando na estabilidade cambial. Com a desvalorização, Cacciola ficou sem poder honrar os compromissos e pediu ajuda ao Banco Central, usando como intermediário Luiz Bragança, amigo de Francisco Lopes, então presidente do Banco Central.

Alegando “risco sistêmico” – o perigo de uma quebra generalizada no sistema bancário –, o BC ajudou os banqueiros a cobrir o rombo, vendendo dólares por cotação inferior à do mercado. A decisão foi bastante questionada e provocou a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que concluiu que a operação de ajuda aos dois bancos causou prejuízo de R\$ 1,6 bilhão aos cofres públicos.

FoCacciola saiu do País dias depois de obter um habeas corpus, concedido pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio de Mello. Antes da decisão, passara 37 dias detido na carceragem do Ponto Zero, em Benfica, no Rio.

Cinco dias depois da libertação, o ministro Carlos Velloso, então presidente do STF, determinou o retorno de Cacciola à prisão. Mas, com cidadania italiana, o ex-dono do Marka já estava fora do País. Procurado pela Polícia Federal e pela Interpol, O ex-banqueiro teve seu paradeiro descoberto em novembro de 2000 por uma emissora de TV.

Na época, ele chegou a declarar que não tinha intenção de voltar ao País. Cacciola foi preso pela Interpol, em Mônaco, em setembro de 2007. Em 2008, foi extraditado ao Brasil, onde voltou a cumprir pena até obter liberdade condicional no dia 23 de agosto. Há o temor da Justiça de que ele tente uma nova fuga.

CONTINUA

26 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Outros envolvidos no caso recorrem em liberdade

● O ex-banqueiro Salvatore Alberto Cacciola foi o único condenado em primeira instância pelo caso Marka e FonteCindam a ser preso. Os outros permanecem recorrendo em liberdade. Acusado de favorecer os Bancos Marka e FonteCindam com um socorro bilionário durante a maxidesvalorização do dólar em 1999, o ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes, chegou a ser condenado a dez anos de prisão. Mas, em 2008, teve sua pena reduzida após recurso julgado pelo Tribunal Regional Federal da 2ª

Região. Hoje, o economista trabalha na consultoria Macrométrica, fundada por ele em 1984.

O ex-diretor de fiscalização do Banco Central Claudio Mauchi e o ex-diretor de Assuntos Internacionais do BC Demóstenes Madsureira de Pinho Neto tiveram destinos bastante parecidos com o de Lopes. Os dois executivos foram condenados a dez anos, mas conseguiram uma redução da pena para seis anos de prisão em regime semi-aberto.

Já a diretora de Fiscalização do BC na época, Teresa Grossi, condenada a seis anos em primeira instância, foi absolvida por unanimidade pelo Tribunal Regional Federal em 2008. Para os desembargadores, não ficou comprovada a participação dela.

O ESTADO DE S. PAULO

Mulher que mandou matar pai é absolvida

Em 15 de novembro de 2005, Severina Maria da Silva contratou dois homens para assassinar o pai, Severino Pedro de Andrade, após ser abusada sexualmente por anos. Ontem, ela foi absolvida por unanimidade em julgamento realizado na 4.^a Vara do Tribunal do Júri do Recife.

Nem mesmo o promotor José Edivaldo da Silva pediu condenação. "As provas são muito fortes no sentido de que ela vivia sob coação material permanente, não se podendo exigir dela outra conduta, embora que trágica."

De família de agricultores, Severina vive na área rural de Caruaru, no Agreste pernambucano. Não sabe ler nem escrever. Aos 9 anos, foi estuprada pelo pai, com ajuda da mãe. Ela foi abusada por anos seguidos e teve 12 filhos com o pai. Sete morreram. Quatro dos cinco filhos – o mais velho de 19 anos e o mais novo de 12 – acompanharam o julgamento.

Severina disse que, em novembro de 2005, foi espancada pelo pai por três dias seguidos ao se negar a fazer o que a mãe havia feito com ela: segurar a filha, então com 11 anos incompletos, para que ele a violentasse. Diante da resistência, Severino a teria ameaçado de morte. Ela, então, contratou os dois homens, que mataram Severino a facadas.

A ré afirmou que tentou escapar várias vezes, mas o pai a encontrava. Nas duas vezes em que tentou denunciar o caso à polícia, foi desacreditada. "Ele ia com advogado", disse Otilia Maria da Conceição, irmã da vítima.

Severina se emocionou após o veredicto. "Deus me deu liberdade para eu poder cuidar dos meus filhos", disse ela, que afirmou já ter perdoado a si mesma e ao pai. Severina chegou a ficar um ano e seis meses presa. Edilson Francisco de Amorim e Denisar dos Santos, executores do crime, foram condenados em 2007 a 17 e 18 anos de prisão e hoje cumprem a sentença.

26 AGO 2011

Saem das ruas os PMs que juíza havia afastado

Catorze dias depois da execução da juíza Patrícia Acioli, a Polícia Militar do Rio cumpriu sua decisão e afastou ontem do patrulhamento na rua cinco policiais. A titular da 4.^a Vara Criminal de São Gonçalo foi assassinada no dia 11, na frente de sua casa. Os PMs estavam lotados no 12.^o Batalhão de Niterói, para onde foram transferidos após problemas disciplinares no 7.^o BPM de Alcântara (São Gonçalo).

91
PMS SÃO RÉUS EM CASOS QUE ERAM JULGADOS POR PATRÍCIA

26 AGO 2011

METRO

Vereador é preso por tomar salário de assessor

O Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), constituído pelo Ministério Público e pelas polícias Civil e Militar, prendeu ontem o vereador de Colombo Joaquim Gonçalves de Oliveira (PTB), conhecido por Oliveira da Ambulância.

De acordo com denúncias apresentadas ao Gaeco, Oliveira se apropriava de parte dos salários de três dos seus assessores. Cada assessor deveria receber cerca de R\$ 3.900,00 por mês. No entanto, o vereador exigia que eles retirassem o pagamento do banco, entregassem o valor integral a ele. Depois, ele repassava menos de um terço aos funcionários.

“O vereador estaria se apropriando de cerca de R\$ 9 mil por mês. Esse é um método comum, utilizado por agentes corruptos para desviar dinheiro público”, disse o promotor de Justiça Leonir Batisti, coordenador do Gaeco, responsável pela prisão do vereador.

● METRO CURITIBA

Campanha pela reinserção social de ex-detentos vai ao ar nos próximos dias

CNJ 25 AGO 2011

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) lançam, nos próximos dias, campanha publicitária mostrando que a oportunidade de capacitação profissional e de trabalho para detentos e egressos do sistema carcerário é fundamental para a redução da reincidência criminal, em benefício de toda a sociedade. A campanha tem dois vídeos institucionais a serem veiculados em emissoras de TV, sites da internet e entidades diversas, sobretudo nos vários tribunais brasileiros. O material completo será divulgado, ainda, em spots para rádios e versões impressas para revistas e jornais de todo o país.

Os vídeos mostram imagens de detentos e ex-detentos exercendo atividades profissionais. Em ambos, a principal mensagem diz: “Nada pode mudar o passado de uma pessoa. Mas uma nova chance pode mudar o futuro. O Conselho Nacional de Justiça e a Fiesp acreditam na ressocialização de presos através da capacitação profissional e da oportunidade de emprego. Quem já pagou pelo que fez merece a chance de começar de novo.”

No total, são dois VTs de trinta segundos para televisão, dois spots para rádio, um cartaz para internet e outro para publicações impressas – podendo este último ser adequado ao formato que o veículo impresso solicitar.

Apoio - O objetivo da campanha é mostrar a importância do trabalho na ressocialização dos ex-detentos e, sobretudo, a relevância do apoio dado pelas empresas ao programa Começar de Novo, do CNJ - que tem o intuito de reinserir os ex-apanados no mercado de trabalho e, dessa forma, servir como estratégia para a redução da criminalidade.

O material está vinculado ao Encontro Nacional do Programa Começar de Novo, que CNJ e Fiesp realizam, conjuntamente, nos dias 5 e 6, na sede da Fiesp, em São Paulo. No evento – um grande workshop para cerca de 400 empresários – serão divulgadas experiências de reinserção social e informações sobre como aderir ao programa;

Instituído em outubro de 2009, o Começar de Novo é executado numa parceria entre CNJ, tribunais de Justiça, setor público, empresas privadas e entidades da sociedade civil. Em dezembro de 2010, o programa recebeu o VII Prêmio Innovare, distinguido como ação do Poder Judiciário que beneficia diretamente a população. Até o momento, já foi responsável pela ocupação, por parte de detentos e egressos do sistema carcerário, de 1.676 postos de trabalho no país.

CNJ 25 AGO 2011

Mutirão carcerário encontra drogas, sinuca e celular no maior presídio de Goiás

Juízes do mutirão carcerário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) encontraram drogas e um celular com os presos do maior presídio de Goiás, o Presídio Odenir Guimarães (POG), em inspeção realizada quarta-feira (17/08). Os policiais que escoltavam os juízes do mutirão apreenderam uma pequena quantidade de maconha e o celular em uma das alas conhecida como módulo de segurança.

Segundo o coordenador do mutirão carcerário de Goiás, juiz Alberto Fraga, todas as celas dos pavilhões A e C tinham fogão, churrasqueira, geladeira e televisão. Além disso, foram encontradas mesas de sinuca espalhadas no pátio. O magistrado disse que os presos só estavam dentro das celas por causa da inspeção – os presos circulariam livremente durante o dia.

No chamado módulo de segurança, não há sequer celas, apenas lixo e entulho. “Os presos montaram até barracas onde passam o dia ao abrigo do sol”, afirmou o magistrado.

Abandono - Além das ilegalidades, os magistrados também verificaram o estado de abandono em que os presos vivem. A falta de atendimento médico e a má qualidade da alimentação foram denunciadas pelos internos. “Nas alas 310 e 320 ouvimos tosse por onde passamos”, contou Fraga.

A superlotação é generalizada, embora a taxa de lotação do presídio não seja das piores do país – 1.435 presos em 720 vagas. Uma das celas, reservada para presos ameaçados de morte por colegas, tinha capacidade para duas pessoas e abrigava até 35 presos. Isso aconteceria porque os presos decidem para onde vão os presos recém-chegados. “O presídio é dos presos, não do estado”, concluiu o coordenador do mutirão carcerário de Goiás, juiz Alberto Fraga.

Todas as ilegalidades farão parte do relatório final do Mutirão Carcerário do CNJ em Goiás. O documento será enviado a todas as instâncias do poder público recomendando a correção dos problemas.

Programa de conciliação do Amapá é destaque no país

CNJ 25 AGO 2011

O Judiciário do Amapá tem obtido destaque na promoção da cultura de conciliação no país – que desde 2005 tem sido amplamente defendida e implantada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). No Amapá, as ações têm sido difundidas tanto por meio da vara voltada para a conciliação e mediação de conflitos, como também por meio da execução do programa intitulado “Sábado Também é Dia de Conciliar”, do tribunal de justiça daquele estado (TJAP), que promove audiências de conciliação em diversos espaços comunitários.

O Amapá foi o estado onde, em 2005, foi implantada a primeira Vara de Conciliação e Mediação do Brasil - que hoje realiza uma média de 120 audiências diárias, das quais cerca de 70 resultam em acordos. Por conta disso, conforme informações do TJAP, todos os processos distribuídos, passíveis de acordo entre as partes, são primeiramente encaminhados para a referida vara - onde conciliadores tentam evitar que os conflitos se tornem longas batalhas judiciais.

Pedagogia e diálogo - “Não estamos criando a roda; a harmonização é o papel primordial do Judiciário. A conciliação resolve de uma maneira mais pedagógica um delito do que o método tradicional. Esse é um caminho sem volta, mas que precisa ser aperfeiçoado”, diz a juíza Sueli Pini, do Juizado Central Cível de Macapá, que aponta a área cível como a mais beneficiada pela prática. A magistrada ressalta, no entanto, que não há litígio que não possa ser resolvido pelo caminho do diálogo. E cita, dentre as mudanças que considera necessárias, a melhoria das técnicas de conciliação e mediação e a capacitação de servidores e dos juízes.

“Ainda somos eminentemente processualistas. E é preciso diminuir a cultura da sentença para evitar as longas batalhas judiciais. Os tribunais precisam fazer o dever de casa e adotar de fato essa prática como rotineira. Um processo custa caro à nação. Nós somos contribuintes e estamos pagando essa conta”, enfatiza.

O programa “Sábado Também é Dia de Conciliar” ocorre mensalmente e tem a proposta de levar a prática da conciliação a diversos espaços comunitários do Amapá, como faculdades e outras entidades. “Percebemos que o ambiente também pode favorecer o ânimo das pessoas. Os ambientes da Justiça ainda são muito austeros, formais. Eles intimidam as pessoas. Até a arquitetura da Justiça precisa ser modernizada”, aponta a juíza.

Política Nacional - Instituída em dezembro passado, a Resolução Nº125 do CNJ institui a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses (Política Nacional de conciliação) que visa tornar efetivo o princípio constitucional do acesso à Justiça (art. 5º, XXXV, Constituição da República) como “acesso à ordem jurídica justa”. Cabe ao Poder Judiciário organizar em âmbito nacional, não somente os serviços prestados nos processos judiciais, mas também a solução dos conflitos através de outros mecanismos, principalmente da conciliação e da mediação, além de serviços de cidadania.

Atualmente, o CNJ está preparando, por meio das equipes que compõem o comitê gestor da conciliação, a realização da próxima Semana Nacional da Conciliação, período de esforço concentrado em todos os tribunais no sentido de se promover a realização de audiências que conduzam à resolução de conflitos por meio desta prática. A próxima “Semana” será realizada no entre 28 de novembro e 2 de dezembro, em todo o país.

CONJUR 25 AGO 2011

Internação de menor infrator é revertida pelo TJ-RS

A 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul desconstituiu, de ofício, sentença que aplicou a mais dura medida a um menor infrator: internação sem possibilidade de atividade externa. O colegiado entendeu que a juíza não respeitou o devido processo legal, nem deu oportunidade à defesa do adolescente. E o mais grave: os atropelos processuais teriam contado com a conivência do Ministério Público e da Defensoria. Com a decisão do tribunal, de julho, o processo será refeito, a fim de propiciar à defesa a produção de provas.

Conforme narra o acórdão, o caso é originário da Comarca de Pelotas, na metade sul do estado. Armados com um revólver, três menores assaltaram um grupo de universitários na noite do dia 29 de novembro de 2010, no centro da cidade. Antes de se apoderarem de diversos bens, cartões e documentos das vítimas, o grupo apontou sua arma e os agrediu. Na fuga, os menores foram detidos pela Brigada Militar — a Polícia Militar gaúcha.

Em primeira instância, a sentença aplicou a um dos adolescentes a medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade (PSC), cumulada com liberdade assistida. O menor A.L.M., que portava a arma de fogo, por sua vez, foi punido com a internação, sendo proibido de fazer atividades externas. Inconformado, ele apelou ao Tribunal de Justiça, pedindo o abrandamento da medida, que cumpre há oito meses.

O relator da Apelação, desembargador Luiz Felipe Brasil Santos, de início, justificou as razões de ter concedido, anteriormente, Habeas Corpus ao adolescente. Disse que houve "gritante" cerceamento ao direito de defesa do menor, por lhe ter sido imposta a mais rigorosa medida socioeducativa dentre todas as contempladas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Após reproduzir dos autos o diálogo entre a juíza, o representante do MP e a Defensoria, durante a audiência de julgamento, o relator afirmou que o teor da decisão pode ser tudo, menos sentença, "já que desprezados os mais comezinhos cânones que devem lastrear ato solene, sério e decisivo, que representa a entrega da prestação jurisdicional".

Segundo o relator, o que se viu foi uma verdadeira negociação com a liberdade do jovem, que envolveu representantes do Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, fato inédito e preocupante.

"No particular, chama a atenção a expressão utilizada pelo representante do *parquet* durante a audiência, referindo-se ao jovem: 'ele já conhece o jogo aqui (fl. 71-v)', o que parece sugerir que a nefasta prática adotada neste simulacro de processo seja comum naquele Juizado! Sinale-se, para arrematar, que o recurso de Apelação, interposto pela Defensoria Pública, após expressar o jovem o seu desejo de recorrer, em nenhum momento ataca a chocante nulidade deste 'processo', limitando-se a esgrimir com o excesso da medida socioeducativa aplicada."

Com a fundamentação do Habeas, o relator entendeu que nada mais necessitaria ser dito. Por isso, determinou a desconstituição da sentença e de todo o feito, por ofensa aos direitos fundamentais do menor infrator. O voto foi seguido, à unanimidade, pelo desembargador Alzir Felipe Schmitz e pelo juiz convocado Roberto Carvalho Fraga.